

O PT E O COMBATE AO RACISMO

Luana Soncini¹

Rodrigo Cesar²

Vanessa Xavier Nadotti³

História, memória e política são complementares no processo de mobilização social pelo combate ao racismo no Brasil. Em uma sociedade historicamente cindida em classes e em raças, a disputa simbólica pelo passado evidencia a desigualdade no presente. Não à toa, os momentos de maior mobilização contra a discriminação racial na nossa história recente coincidem com eventos de rememoração: o ano do centenário da assinatura da Lei Áurea, 1988, e o tricentenário da morte de Zumbi dos Palmares, 1995. No Partido dos Trabalhadores (PT), em consonância com a ampla mobilização social desses períodos, foi criada a Subsecretaria Nacional de Negros do PT, em 1988, vinculada à Secretaria de Movimentos Populares e à Secretaria Nacional de Combate ao Racismo (SNCR), em 1995.

A militância de negros e negras pelo combate ao racismo está presente no PT desde sua fundação. Ainda durante o regime militar no Brasil, diversos segmentos da sociedade civil começaram a se reorganizar politicamente. O chamado Movimento Negro Contemporâneo toma forma em meados da década de 1970, inserido no contexto de incremento dos movimentos sociais e sindicais, no qual o combate ao racismo adquire caráter marcadamente político. A discriminação racial foi, assim, abordada como um dos elementos da opressão que sofre a classe trabalhadora no Brasil. Com o fim do bipartidarismo em 1979, e resultando da articulação de diversos movimentos sociais, é formado o PT, que congrega parte dos militantes do movimento negro. Esse grupo organiza, em 1982, a Comissão de Negros do PT. Sua atuação – e a do movimento negro como um todo – era inicialmente voltada para a denúncia do racismo no Brasil, e também internacionalmente. Nesse sentido, o movimento assume a tarefa de desconstruir o chamado “mito da democracia racial”, formulação ideológica que contribuiu para tornar o racismo um problema invisível na sociedade brasileira, mesmo entre os setores politicamente progressistas.

Nesse contexto, o ano de 1988 marca um momento de intensa mobilização social contra o discurso oficial que, por meio das comemorações do Centenário da Abolição, celebrava uma história apaziguada, forjada para silenciar o processo contínuo de opressão dos negros, mesmo após o fim do regime escravista. Como parte das mobilizações de então, foi realizado o *I Encontro Nacional – O PT e a questão racial*, em 1987. Um ano antes, contando com a participação da militância negra petista, havia sido organizado o *Congresso pré-Constituinte*, iniciativa do Movimento Negro Unificado (MNU), em que foram formuladas as propostas do movimento negro para a Constituinte, a saber, a criminalização do racismo e a regulamentação das terras de comunidades remanescentes de quilombos.

A mobilização desse período propiciou, também, o aparecimento de novos debates que, a partir de então, iriam somar-se à denúncia do racismo. Foi realizado o *I Encontro Nacional de Mulheres Negras*, adicionando a questão de gênero ao racismo. Nesse período, foi iniciado o debate sobre a necessidade de políticas específicas

contra a desigualdade racial. Dessa forma, no *II Encontro Nacional – O PT e a questão racial* foi aprovada a criação da Subsecretaria Nacional de Negros do PT. Nesse encontro também aprovou-se a indicação da então deputada Benedita da Silva para concorrer como vice-presidente de Lula, na campanha de 1989. Contudo, a estratégia adotada pelo partido privilegiou o fortalecimento da política de alianças da Frente Brasil Popular, tendo concorrido a vice José Paulo Bisol, do PSB. O período que se segue é de relativa desmobilização da militância negra dentro do partido, em comparação ao anterior.

No início dos anos 1990, o movimento negro passa por rearticulações no contexto nacional, com destaque para a realização do *I Encontro Nacional de Entidades Negras*, em 1991, quando foi criada a Coordenação Nacional de Entidades Negras (Conen), organização que reúne uma série de entidades do movimento negro. No interior do PT também vai sendo construída uma nova abordagem com relação à questão do combate ao racismo, que se evidencia na variação entre o Plano de Ação de Governo (PAG) da campanha de 1989, cuja ênfase é o reconhecimento da existência e dos mecanismos de reiteração do racismo, e o da campanha de 1994, na qual ganham espaço propostas de ações afirmativas e ampliação de direitos, em uma perspectiva de aprofundamento da democracia, tendência que irá se afirmar, constituindo a tônica do PAG de 2002.

No ano de 1995 ocorre, novamente, uma ampla mobilização nacional, motivada pela celebração dos 300 anos da morte de Zumbi dos Palmares. No que concerne ao PT, retomam-se os Encontros Nacionais, que haviam sido interrompidos em 1988. No *III Encontro Nacional de Negros e Negras Petistas*, é definido indicativo para a criação da SNCR, aprovado no *X Encontro Nacional do PT*, nomeado *Zumbi Vive* nesse ano. A criação da Secretaria, como parte da estrutura partidária, representou um avanço importante na elaboração de propostas e ações voltadas para o combate ao racismo.

O ano 2000 constituiu outro momento de importante mobilização, dentro e fora do partido, que também compõe os esforços em favor da releitura da história pela perspectiva dos setores populares e oprimidos, propondo um contraponto à celebração oficial dos 500 anos de “descobrimento” do Brasil. No ano seguinte, é realizada a *Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas* na África do Sul, reunindo representantes de diversos países e organizações sociais, na qual é consolidada a perspectiva da necessidade de implantação de políticas afirmativas pela igualdade racial.

Para contribuir com estudos e novas leituras da história do PT com relação ao combate ao racismo, disponibilizamos, nas próximas páginas, uma seleção de documentos que fazem parte do arquivo do Centro Sérgio Buarque de Holanda da Fundação Perseu Abramo. No acervo em questão, encontram-se documentos significativos dos diversos momentos da trajetória do PT no combate ao racismo, com destaque para a documentação dos anos 1980. Muitas das conquistas recentes aparecem como reivindicação desde os primeiros registros documentais do partido, como a luta pela inclusão de ensino de História da África e da cultura afro-brasileira na Educação Básica, agora amparada na Lei 10.639, de 2003. Outras questões, no entanto, assombram pela continuidade, como a violência sofrida pelos jovens negros ainda hoje.

A seleção busca refletir sobre os principais aspectos dessa história. Boa leitura!

NOTAS

¹ Historiadora e mestre pela Universidade de São Paulo. Contato da autora: luasoncini@yahoo.com.br.

² Graduando em História pela Universidade Federal de São Paulo. Contato do autor: rodrigoesar.a.s@gmail.com.

³ Graduanda em História pela Universidade Federal de São Paulo. Contato da autora: vanessanadotti@hotmail.com.

a) O NEGRO E O PARTIDO DOS TRABALHADORES

Contra a discriminação racial e a exploração do trabalhador

Nós entendemos o Partido dos Trabalhadores (PT) como aquele do qual os negros devem participar em função de sua composição de classe, pois é formado por operários, funcionários públicos, estudantes, médicos, engenheiros, enfim, trabalhadores em geral. E também pelo seu programa de ação, que coloca claramente a luta contra o regime dos patrões, e ainda por seu compromisso com as lutas dos trabalhadores e oprimidos em geral, colocando na ordem do dia suas reivindicações.

O racismo é uma realidade que se abate sobre a maioria da população brasileira descendente dos povos negros africanos.

Além do atraso social, econômico, cultural e político, consequência do processo de escravidão, o negro sofre ainda as mazelas do racismo, ideologia herdada do regime escravocrata, que a Abolição da Escravatura vestiu com nova roupagem.

O desemprego (percentualmente o negro é a maioria dos desempregados), a péssima renda (50 milhões de negros recebem em média metade da renda da população branca), a violência policial (de janeiro a abril de 1982, a polícia matou 138 pessoas, na sua maioria negros) e as péssimas condições de vida e moradia fazem parte do dia a dia do negro brasileiro. Entendemos perfeitamente que outros segmentos também sofrem esse processo e que a luta central é entre pobres e ricos.

Mas não podemos ignorar que a luta entre classes não se manifesta apenas de uma forma. Ela se expressa concretamente na manutenção de privilégios de classe, raça, sexo e outros tipos. Esses privilégios devem ser combatidos nas várias formas em que se apresentam no decorrer da história da humanidade.

Para se ter uma consciência plena da realidade, é necessário ter claro todas as contradições existentes, para que todos aqueles aos quais o capitalismo impede de ter uma vida digna possam se unir e se organizar, com uma perspectiva de transformação da sociedade.

Os trabalhadores produzem a riqueza do país, criam os objetos e a arte, criam e desenvolvem a cultura nacional, da produção mais simples até a mais sofisticada. Por isso são os trabalhadores que têm o direito e o dever de apresentar um projeto de estruturação para a sociedade brasileira. Trabalhadores de todos os setores devem se organizar em nosso partido e todos os segmentos sociais oprimidos devem ter voz no Partido dos Trabalhadores.

Entre os fatos políticos desse ano, as eleições de novembro serão, sem sombra de dúvida, o principal evento, aquele que orientará a atuação de todas as forças políticas do país. No entanto, para não alimentar ilusões, é necessário ter claro que a ditadura prepara a fraude nas eleições, porque ela sabe que a vitória do PT significa um passo decisivo dos explorados e oprimidos no sentido da sua derrubada. Em função disso, é necessário que reflitamos sobre a situação do negro brasileiro e nas possibilidades de luta contra o racismo nas formas em que ele se apresenta hoje.

Desemprego

A situação da classe trabalhadora brasileira é grave e no interior dessa classe

os negros vivem um processo ainda mais agudo de exploração. Pela sua situação, pelo seu contingente numérico, seria absurdo se nós, trabalhadores organizados no PT, não pensássemos em soluções para os problemas que afligem esse vasto setor.

Entendemos como um ponto fundamental a luta contra a discriminação racial na admissão de empregos. Essa luta é central, na medida em que o desemprego (um dos instrumentos que a classe dominante se utiliza para manter o negro dominado) gera graves consequências para a população negra, com alto índice de mortalidade infantil, grande número de menores abandonados e um grande contingente de negros levados à marginalidade.

Racismo e violência policial

Outro ponto importante é a questão da violência policial. Isso porque o governo, em vez de procurar resolver os problemas sociais, limita-se a aumentar o aparelho repressivo, utilizando-se da violência policial para desestruturar qualquer esboço de luta das massas exploradas e oprimidas. Além disso, o governo desenvolve um processo repressivo todo especial sobre a população negra, considerando o negro não como cidadão, mas, sim, como suspeito permanente. Frases como “branco correndo é atleta, negro correndo é ladrão” expressam bem a mentalidade racista que orienta a ação da polícia.

Exploração da mulher negra

Além da violência policial e do desemprego, a classe dominante se utiliza de outros mecanismos muito importantes no processo de dominação do negro. Na Educação, os órgãos de informação e formação transmitem permanentemente o racismo, vendendo uma imagem do negro como subserviente, brincalhão e irresponsável. Na escola, ensina-se que o negro foi apenas escravo, não se mostrando o seu passado histórico e a sua ação no presente, o que cria no negro um complexo de inferioridade e no não negro um complexo de superioridade. Assim, a Educação, que deveria libertar, passa a ser mais um instrumento de dominação.

A cultura negra, quando não é perseguida, é comercializada e transformada em mais um empreendimento lucrativo, esvaziada de seu conteúdo social. Esse processo acontece com a religião, a música e a arte em geral.

A situação da mulher negra deve ser discutida e suas reivindicações específicas em relação ao direito ao trabalho e à falta de garantias e direitos trabalhistas, especialmente para as empregadas domésticas, negras em sua maioria.

A questão da moradia também deve ser vista com muita atenção, pois em geral o negro vive em péssimas condições em favelas, cortiços e em bairros sem luz, esgoto, escolas, meios de transporte etc.

Não podemos esquecer que o racismo e a opressão do povo negro não acontecem apenas no Brasil. O avanço das lutas dos explorados e oprimidos do mundo inteiro deve ter nosso apoio, uma vez que cada derrota do imperialismo e de seus agentes abre caminho para o avanço em outras frentes de batalha. Nesse sentido, uma área que deve nos preocupar permanentemente é o território africano. Após a Segunda Guerra Mundial, os povos africanos conheceram importantes vitórias na

luta contra a opressão colonial e imperialista, mas há ainda um país, a África do Sul, onde uma minoria branca, privilegiada, oprime a maioria negra e de outras raças, servindo como base de apoio do imperialismo na África negra. É a partir daí que são lançados ataques contra os países africanos que se libertaram do colonialismo, como Angola e Moçambique.

As reivindicações do povo negro oprimido são direitos democráticos que os patrões e seus partidos nunca estiveram interessados em conceder e pelos quais jamais lutarão até as últimas consequências, pois é exatamente sobre o esmagamento das liberdades democráticas que se assentam seus privilégios. Assim, é num partido de trabalhadores, sem patrões, que os negros devem se organizar e votar, pois essa é a única garantia de que suas aspirações não serão frustradas, de que sua confiança não será traída:

- contra a discriminação racial;
- contra o desemprego;
- contra a divisão racial do trabalho;
- contra a violência policial;
- contra a violência ao menor abandonado;
- contra as condições sub-humanas de vida dos presidiários;
- por melhores condições de moradia;
- pela inclusão da História da África e do Negro no Brasil nos currículos escolares;
- por quadras para escolas de samba, blocos, afoxés e cordões;
- contra a comercialização, folclorização e distorção da cultura negra;
- contra a exploração racial, sexual e econômica da mulher negra;
- pela garantia de direitos trabalhistas às empregadas domésticas;
- pela luta internacional contra o racismo.

Fonte: *Folheto da Comissão de Negros do PT, 1982.* Original mimeografado, acervo CSBH-FPA.

b) PENSAMENTO DE ESQUERDA E A QUESTÃO RACIAL¹

*Apolônio de Carvalho*²

Em primeiro lugar, quero saudar o movimento negro pela grande contribuição que vem dando à luta de nosso povo por uma sociedade democrática e livre, afirmando-se de maneira muito concreta e crescente no plano nacional, com a denúncia das características particulares do racismo em nosso país, especialmente do mito da democracia racial. Esse mito tem profundas influências e consequências na comunidade negra e em nossa sociedade. Traz o reforço do preconceito, inclusive, no interior da comunidade negra, ao mesmo tempo em que se constitui em elemento de ajuda a uma política conservadora e continuísta. Cria, assim, entraves muito sérios ao movimento democrático e às lutas libertadoras em nosso Brasil. O mito da democracia racial não limita, porém, sua influência ao interior da comunidade negra: alcança, também, outras amplas áreas da nossa sociedade, já que, em todo meio social onde a luta de classes não estabeleceu, ainda, uma ideologia antirracista eficaz, a ideologia que predomina, também nesse setor, é a das classes dominantes. Mais ainda: é necessário destacar que essa ideologia particular do racismo, com suas novas características, pôde também influenciar, por muito tempo – e influencia ainda –, de maneira muito sensível, a própria esquerda brasileira. Creio que seria útil sugerir, para o debate, aqui, algumas das influências que, pesando sobre a esquerda, reforçaram o mito da democracia racial e a subestimação da luta contra o racismo, no período recente.

Para começar, a pouca aproximação da esquerda brasileira à nossa realidade, às suas características, aos problemas fundamentais de nosso tempo. Ao lado dessa pouca aproximação à realidade, o pouco empenho e a subestimação da busca e da elaboração teórica dos problemas fundamentais de nossa sociedade. Esses elementos pesaram e pesam, ainda e muito, sobre a esquerda brasileira. Pelas razões muito peculiares do seu processo de formação, pelo longo espaço de espera, do ponto de vista histórico, pela criação de condições, entre nós, para o surgimento de uma sociedade capitalista e, portanto, das classes fundamentais desse tipo de sociedade, incluindo, entre elas, nossa jovem classe operária. A esquerda brasileira cristalizou-se, sem ter uma visão clara da nossa realidade, sem um estudo sistematizado e criativo da teoria, sem um papel inovador no quadro do movimento operário socialista, anarquista e comunista que se abria no plano nacional. No quadro do racismo e de suas pressões, assumiu o dogmatismo e a tese aprazadora de que a classe operária, como uma das classes fundamentais da sociedade capitalista e como a última das classes exploradas e oprimidas nesse ciclo de sociedades de classes, ao chegar ao poder, libertaria os trabalhadores e todos os oprimidos e resolveria, de uma vez por todas, o problema racial. Dessa forma, a esquerda não viveu os problemas e as características particulares do racismo em nosso país, não viveu a importância fundamental desse problema, no quadro da nossa sociedade.

Hoje, temos uma situação bastante diferente. O movimento negro contribuiu para tornar mais clara essa realidade. E também temos uma situação nova na vida

política do país, um novo agente político e transformador, revelado nas grandes manifestações de massas, como na campanha das Diretas Já. Dentro desse quadro – e face ao abandono oficial das mudanças reclamadas pelo povo –, abrem-se muitas possibilidades para a esquerda retomar seu papel e corrigir suas omissões anteriores.

Sem poder indicar com precisão o que se passa em outras áreas de esquerda, poderia lembrar como, há seis anos, em 1980, ao se organizar, já o Partido dos Trabalhadores abordava os problemas da nossa sociedade do ponto de vista dos trabalhadores em geral, com sua criação de baixo para cima e da tomada de posições, desde o início de sua prática política, a partir das bases. Na questão racial, o Partido dos Trabalhadores, em seu programa, marcava uma identidade quase absoluta com as bandeiras do movimento negro: “Apoio aos movimentos de defesa dos direitos das mulheres, dos negros e dos índios, contra toda discriminação racial, econômica, social e política. Defesa do patrimônio cultural dos negros, dos índios e das minorias. Demarcação das terras indígenas. Reconhecimento de sua propriedade coletiva e autodeterminação. Direitos ao controle do processo produtivo”.

A partir daí, entretanto, pouco fizemos, o PT e o conjunto da esquerda, em apoio aos direitos e às lutas legítimas dos nossos índios. Continua omissos em nossos planos de ação o problema nacional. Persistiram no esquecimento as maiorias que marcam a nossa sociedade: mulheres, negros e menores de 19 anos. Não se avançou no combate às formas, à força e à influência do racismo no seio do nosso povo. É uma dívida muito alta e pouco edificante que as maiorias e minorias do nosso país estão chamadas a cobrar, com firmeza, ao conjunto da esquerda. O problema da prática política assume, assim, uma atualidade maior. Exerce uma pressão maior sobre a vida e a trajetória das organizações populares e exige uma decisão nova e mais ampla no plano da política. Há um fenômeno novo na tomada de consciência das forças populares, fenômeno que subestimamos, antes, na esquerda, pois recebíamos as soluções de todos os problemas já praticamente delineadas nos partidos comunistas, através de centros externos. Este fenômeno novo está muito claro a partir de 1976, 77, 78: é o fenômeno da tomada da consciência política por meio dos ensinamentos colhidos na prática social constante. É essa experiência política que faz nascer os partidos políticos novos e que chama os partidos antigos a reavaliarem suas orientações. Chama, também, os movimentos sociais e populares a perceberem que, dentro do quadro geral da luta de classes, põe-se na ordem do dia e assume uma qualidade nova o problema da relação entre as formas fundamentais da luta de classes. Sente-se, cada vez mais, na prática diária, que a luta econômica e a luta social têm importância crescente. Ao mesmo tempo, entretanto, constata-se, ao embate da prática, que a luta política é a forma superior e fundamental, decisiva, entre todas as formas da luta de classes, tomadas em seu conjunto.

Chegava-se, assim, a uma conclusão abrangente, ou seja, à necessidade de passar-se às formas de luta política. É dessa experiência política que nasce o PT. Penso que o movimento negro tem de desdobrar melhor a sua presença no plano político, resguardadas sua autonomia e sua especificidade, no sentido de fazer valer, mais ainda, sua cultura, suas raízes, a consciência do homem negro e sua história. E avançar, também, na definição dos elementos de uma ideologia antirracista, a fim de verdadeiramente levar ao colapso o mito da democracia racial. Penso que poderia,

ao mesmo tempo, buscar, por meio de todos os seus componentes, que os movimentos sociais participem também – e mais efetivamente – de suas bandeiras. E marcar mais sua presença no plano político, dentro da articulação de forças necessárias para verdadeiramente instaurar um regime de democracia efetiva no nosso país.

A esquerda ainda não definiu com precisão, de maneira autônoma, o conceito popular de democracia. Mesmo o PT, que elabora um projeto de constituição, e traz uma mensagem especial para o problema das eleições e da reforma agrária, tem ainda dificuldades na definição de uma alternativa tática de governo, no sentido de substituir essa transição conservadora por uma transição definitivamente democrática, no interesse do nosso povo. Penso que poderíamos avaliar a fórmula de uma democracia que hoje seria uma alternativa de governo, não especificamente dos trabalhadores, porque a correlação de forças não o permite; não especificamente da esquerda, porque não há ainda as necessárias condições para isso. Mas uma alternativa de governo de coalizão, com a participação crescente e a responsabilidade também crescente dos trabalhadores organizados. Unindo a pressão de baixo para cima com o controle de cima para baixo, e combinando o controle popular da gestão do Estado com o avanço progressivo no sentido da própria responsabilidade e participação no poder do Estado. Esses elementos têm que contar também e fundamentalmente com a participação da comunidade negra, do movimento negro organizado, junto a todos os movimentos sociais, numa ampla articulação de forças populares e democráticas, com a prática e o avanço para que possamos abrir caminho e definir as relações entre democracia e socialismo, sob a visão de que o socialismo é a forma superior da democracia que queremos e vamos construir em nosso país.

O movimento negro tem seu lugar, amplo, legítimo, inadiável, nessa alternativa dia a dia mais clara.

Fonte: *Estudos afro-asiáticos*. Rio de Janeiro, CEAA, n. 12, p. 14-17, 1986.

NOTAS

¹ Ocorrido no Rio de Janeiro, o seminário “Pensamento de Esquerda e a Questão Racial” reuniu Luiz Werneck Vianna, Wilson Barbosa, Joel Rufino dos Santos, Carlos Hasenbalg, Octavio Ianni e Muniz Sodré, além de Apolônio de Carvalho, cuja fala está aqui reproduzida, a partir da publicação do Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA), *Cadernos Cândido Mendes*. (N.E.)

² Então, um dos vice-presidentes nacionais do Partido dos Trabalhadores (N.E.).

c) O DISCURSO DE PAIM

Paulo Paim¹

Estou hoje na tribuna, como negro e operário, para falar de outro negro e operário que foi assassinado. Ele se chamava Júlio César de Melo Pinto², tinha 30 anos, casado, sem antecedentes criminais, e foi morto por policiais da Brigada Militar do Rio Grande do Sul em 14 de maio de 1987.

Em Porto Alegre, o supermercado Dosul é assaltado. São 19h30min. A polícia é chamada, existe a troca de tiros, dois PMs são feridos, um assaltante é morto, os reféns são soltos.

No meio da confusão, Júlio César, operário negro, empregado na empresa Cortazzi Engenharia, que presta serviço para a CRT, é preso como suspeito. Entrou ileso na viatura da PM e chegou morto ao Hospital de Pronto Socorro.

Júlio César, o operário negro, é inocente; inocência provada pelos próprios ladrões e pelos reféns. O *Jornal Zero Hora*, do meu estado, em extenso dossiê, deixa claro que ele foi eliminado pelos policiais.

Assassinatos como este me fazem lembrar desde os nazistas na II Grande Guerra ao regime do *apartheid* desumano e racista da África do Sul³.

Senhores deputados, senhores constituintes, os senhores não sabem, porque nunca sentiram na pele, o que é ser negro e pobre neste país.

Ser negro e pobre é ser assassinado, como Júlio César, é ser discriminado nos ônibus, nos clubes, nas ruas, nas lojas, nos bancos, no serviço, no colégio, enfim na vida. Vocês sabem o que é os filhos voltarem para casa e dizerem que foram chamados de “negros sujos”? E perguntam por que isso.

Você explica, explica, e não convence. As perguntas continuam: por que as bonecas não são pretas, por que os heróis das histórias em quadrinhos ou dos filmes não são negros, por que até Cristo e seus seguidores são brancos? Por que, enfim, o padre, o juiz, o general, o presidente, todos são brancos, se, por outro lado, dizem que os negros são maioria no Brasil?

Senhores, fatos como o assassinato de Júlio César, que por ser negro e operário foi considerado suspeito e executado, têm de ser colocados à luz da verdade.

É que o Brasil é um país onde o racismo é muito forte e que os negros brasileiros, no seu conjunto, não acordaram ainda para isso. E só esta é a explicação que podemos dar frente ao assassinato desse inocente.

Júlio César tinha somente 30 anos, foi assassinado como um marginal. Qual foi o seu crime? Nenhum. Mas era negro, pobre e operário, casado e filho exemplar, por isso morreu.

Senhor presidente, quero deixar registrado nos anais do Congresso e da Constituinte a revolta de toda a comunidade negra brasileira por esse crime. Aos pais, irmãos, viúvas e amigos do jovem Júlio César, lembramos que a sua morte não será em vão, seu nome jamais será esquecido e será um símbolo na busca da justiça e do fim da discriminação. Exigiremos de toda a sociedade a punição dos culpados.

Lembramos ainda que, na recente viagem do líder e bispo anglicano Desmond Tutu⁴ ao Brasil, ele falava de sua decepção com o governo brasileiro pela forma como

trata o racismo no campo internacional, que é, em nossa opinião, reflexo do tratamento que dá à questão nacional.

Apesar de tudo, tenham certeza de que os negros continuarão lutando contra as injustiças e na busca da verdadeira liberdade, até a conquista de uma sociedade sem discriminação, onde todos terão os mesmos direitos.

Gostaria um dia de ver o povo brasileiro fazendo campanha pela liberdade dos trabalhadores negros na África do Sul e contra o racismo nos Estados Unidos. Gostaria ainda de ver, nas tevês do Brasil, programas sobre o negro, sua história e suas lutas, que deveriam também ser contadas e estudadas nos colégios, mas não o são; espero que a nova Constituição seja firme no combate ao racismo, considerando a discriminação crime inafiançável, para que nunca mais assassinatos como o do jovem Júlio César de Melo Pinto, operário, negro, casado, 30 anos, sem antecedentes criminais, morto por policiais da Brigada Militar do Rio Grande do Sul em 14 de maio de 1987, venham a acontecer.

Esperamos que o alto comando da Brigada Militar de nosso estado, que acreditado não compactua com fatos dessa natureza, não meça esforços para que todas as circunstâncias sejam apuradas e os culpados sejam punidos.

E, assim, queremos aqui reafirmar que nós, do PT, não permitiremos que a demora nas investigações, mais uma vez, esvazie a gravidade do fato. Um companheiro inocente foi morto e não iremos calar, seja nas ruas, nos tribunais, seja no Congresso, na Constituinte, até que a justiça seja feita.

Fonte: *Jornal Raça & Classe*, Brasília, ano 1, n. 2, p. 5, ago.-set., 1987.

NOTAS

¹ Nesse contexto, era deputado federal, pelo Partido dos Trabalhadores (N.E.).

² A execução de Júlio César de Melo Pinto ficou emblemática na história de luta contra o racismo nas ações policiais. O fato tornou-se público porque foi noticiado pelo diário *Zero Hora*, e ficou conhecido como “O caso do homem errado”. A foto de Júlio César ainda vivo e sem ferimentos à bala dentro da viatura da Brigada Militar, de autoria do fotógrafo Ronaldo Bernardi, teve grande impacto e repercussão nacional e internacional (N.E.).

³ Relacionando o caso brasileiro ao nazismo e ao *apartheid*, denuncia a institucionalização de práticas racistas no Brasil. O *apartheid*, regime de segregação racial vigente na África do Sul entre 1948 e 1994, era contemporâneo a este discurso (N.E.).

⁴ Desmond Mpilo Tutu, uma das figuras centrais na luta contra o *apartheid* na África do Sul, visitou o Brasil em 1987 como parte de suas atividades de articulação internacional contra o regime sul-africano. Uma de suas tarefas envolveu a solicitação de rompimento das relações diplomáticas do governo brasileiro com o governo sul-africano. A medida compunha também as reivindicações das organizações do movimento negro do período e constava da plataforma de partidos políticos, incluindo o Partido dos Trabalhadores. Apesar da pressão social, as relações foram mantidas durante todo o período (N.E.).

d) O CENTENÁRIO DA ANTIABOLIÇÃO

Florestan Fernandes¹

O Movimento Negro do PT pretende participar ativamente dos “festejos” do Centenário da Abolição. Mas irá participar de forma crítica e desmistificadora.

O que significa abolir? Extinguir, acabar ou revogar. Doutrinariamente, a abolição deveria corresponder à consagração do abolicionismo, à redenção do agente do trabalho escravo. No entanto, ocorreram simultaneamente dois movimentos convergentes de caráter abolicionista. Um, que era expressão do liberalismo e do humanitarismo radicais dos brancos, com frequência nascidos na casa-grande ou aliados dos interesses senhoriais, e que queriam libertar o Brasil da nódoa e do atraso da escravidão. Outro, que vinha da senzala e exprimia a luta do escravo para passar da condição de escravo para a condição de homem livre.

O primeiro movimento era pacífico e, em essência, libertava a sociedade dos entraves ao desenvolvimento capitalista, que resultavam da imobilização do capital e da inibição dos dinamismos do capitalismo comercial e industrial, que provinham da persistência do modo de produção escravista e do trabalho escravo. O segundo associava-se à violência, à fuga, ao aparecimento de quilombos e à fermentação de conflitos sociais nas fazendas, nas zonas de plantações e mesmo nas cidades. Joaquim Nabuco e José do Patrocínio representavam o primeiro tipo de movimento. Negros escravos e libertos anônimos eram os paladinos do segundo movimento, que ganha corpo aos poucos e, na última década do século XIX, leva a desorganização às fazendas e as inquietações sociais aos lares dos grandes proprietários.

Excepcionalmente, algum branco do estamento senhorial colaborava com essa modalidade de agitação abolicionista insurgente, como Antônio Bento e determinados caifazes². Os brancos que davam maior apoio a essas lutas antiescravistas eram pobres, artesãos, operários ou pequenos comerciantes, segundo informações do próprio Antônio Bento, o mentor da *redenção do negro* (não da mera emancipação do escravo).

Tristes episódios

O 13 de maio foi um ato de romantismo político (do ponto de vista da casa imperial) e jogou contra o trono a fúria dos últimos senhores de escravos. De fato, a escravidão esgotara-se como modo de produção e os novos centros de expansão da lavoura encerravam o ciclo da substituição maciça do trabalho escravo pelo trabalho livre. Os célebres contratos com os escravos, com cláusulas temporárias para a sua libertação definitiva, constituíam um ardil, por meio do qual os proprietários extorquiam dos escravos mais cinco, três ou dois anos de trabalho. No fim, era um artifício para prender o escravo até a realização das colheitas.

Os episódios que marcam essa época histórica e dão o sentido das ações dos senhores são os mais vergonhosos e vis que se poderiam imaginar: eles desmasca-

ram a natureza espoliativa da relação senhor-escravo até o último instante – prevaleceu o instinto predador e o espírito de lucros grosseiros, que dominaram o horizonte cultural senhorial. Retendo os escravos por “mais algum tempo” tornava-se possível atingir fins imediatos, ligados à produção, à colheita, à exportação; e conseguia-se tempo para buscar o substituto do escravo no mercado, em que se comprava (“contratava-se”) o imigrante com a sua família ou o morador nativo com sua família. O “trabalho livre” emergia como equivalente do trabalho escravo e o trabalhador livre como uma espécie de escravo temporário, não declarado.

Festa às meias

Essa situação era o produto de uma evolução natural do regime de produção escravista e da impossibilidade de se tirar de dentro dele, como do regime de produção artesanal na Europa, o trabalhador qualificado e o pequeno ou médio empresário. Enquanto perdurou o medo de que a supressão do tráfico conduziria o Brasil a um beco sem saída, os senhores e os teóricos do escravismo desenharam utopias sobre a preparação e a educação do escravo para o trabalho livre.

Quando se descobriu que essa era uma alternativa hipotética, e que existiam outras possibilidades mais baratas e menos complexas de transição, abandonaram-se tais ideias e largou-se o negro à sua sina. Por isso, o 13 de maio foi uma festa às meias. Tirava dos ombros do senhor o “fardo da raça branca” e engendrava-se o que os fazendeiros paulistas batizaram como “o homem livre na Pátria livre”. Só que o “homem livre”, por algum tempo, continuaria a ser recrutado nos estratos dominantes da “raça branca” (até que os trabalhadores criaram o trabalho livre, como categoria histórica) e o negro estava condenado a um destino trágico. O senhor não recebeu do Estado a indenização pelo juízo provocado pela perda da propriedade sobre o escravo. Mas obteve mais do que isso, indiretamente, por meio do financiamento de uma política oficial de imigração e de proteção à exportação, que resolvia seus problemas de mão de obra e de comercialização do café.

Em seguida, com a República, o fazendeiro tornava-se beneficiário de uma oligarquia perfeita, que unia seu poder local ao poder estatal, unificando seus interesses econômicos, sociais e políticos, em termos de uma política econômica fundada em sua situação de classe.

Desse ângulo, o 13 de maio brilhou como um sol que protegia unilateralmente os senhores, os seus objetivos e os desdobramentos destes a médio e a longo prazo. O negro e o liberto perderam em toda a linha. Na competição com os imigrantes, foram desalojados pelas preferências dos proprietários pelo “homem livre”, visto como mais apto e produtivo. Selecionados negativamente nas áreas em desenvolvimento econômico acelerado, viram-se também expostos a uma dura escolha. Os salários vis, que lhes ofereciam, enquadravam-se numa política geral de salários baixos. O ex-escravo e o ex-liberto viram-se na contingência de repudiar as ofertas de trabalho, pois enxergavam nela a continuidade da escravidão por outros meios. Tiveram de retrair-se,

retomando os caminhos que os levava de volta às regiões de origem, submergindo na economia de subsistência, ou recorriam ao parasitismo sobre a mulher negra, ou tinham de submeter-se aos “trabalhos sujos”, literalmente, “trabalhos de negro”. O círculo se completara.

Egressos despreparados para o trabalho livre da crise final da economia escravista, não encontravam, dentro do sistema de trabalho livre emergente, oportunidades de acesso e de integração. Portanto, o 13 de maio dobra a última página de uma tragédia. O negro era expulso de uma economia, de uma sociedade e de uma cultura, cujas vigas ela forjara, e enceta por conta própria o penoso processo de transitar de escravo a cidadão.

Este seria um processo de longa duração, pouco rápido em toda a parte e frágilimo no Brasil como um todo. O 13 de maio não descerrava para o negro “novas oportunidades”. Extinguia as velhas ocupações sem engendrar outras novas. Então começa a pugna feroz do negro para “tornar-se gente”, para conquistar com suas mãos a autoemancipação coletiva.

O passo inicial consistia em penetrar no mundo da classe, de tornar-se assalariado e, por aí, assimilar a cultura do proletário e do morador da cidade. É nas cidades que os negros iriam multiplicar suas desgraças, mas, ao mesmo tempo, forjar uma consciência social de rebelião coletiva.

Raça e classe

Aparecem pequenos clubes, alguns jornais, escritores negros ou mulatos leais à raça. O passo seguinte envolveu a formação de movimentos sociais de autoanálise, de autocritica e de demolição devastadora da hipocrisia do branco. O “negro emparedado” desmistifica-se e desmascara a ordem legal existente, demonstrando que ela se fechava para o negro, por causa do preconceito e da discriminação raciais.

Os movimentos sociais não encontram receptividade entre os brancos, que não os compreendem e os encaram como “racistas”, invertendo defensivamente a equação libertária do negro. Este exige cidadania completa, em todos os sentidos. No trabalho, no lar, no meio ambiente global. Torna-se o paladino da liberdade maior, da liberdade com igualdade, que somente os brancos revolucionários, vinculados ao socialismo e ao comunismo, deveriam entender (mas não entenderam: os movimentos sociais do meio negro atingem o apogeu na década de 1930; os partidos socialistas e comunistas apenas depois da década de 1960 começam a aprender que a classe não explicava tudo e que, com referência ao negro, era necessário combinar raça e classe para descrever e explicar as contradições da sociedade brasileira. Os sociólogos, porém, fizeram essa descoberta no início de 1950, sem serem devidamente ouvidos, mesmo pelos negros).

Importa ressaltar duas coisas. Primeiro, é que o 13 de maio subsiste como uma data falsa, uma “data do milagre”, que teria redimido o escravo de um momento para o outro. Segundo, que foram os negros, pelos movimentos sociais e segundo

suas próprias palavras, que montaram peça a peça a “nova Abolição”, a abolição da qual e pela qual eles se impunham como gente, como seres livres e iguais a todos os outros, partindo da raça para injetar seu ideal libertário e igualitário na classe social e na sociedade nacional.

O movimento negro sente-se, pois, como responsável por uma vertente do pensamento social revolucionário dentro do PT. Ao romper com o convencionalismo da interpretação oficial do 13 de maio, tenta convidar o PT a ser coerente com sua condição de partido que advoga o socialismo proletário. O trabalho lança suas raízes, no Brasil, no trabalho escravo. Por sua vez, a acumulação capitalista interna, como processo histórico específico, ganha impulso, depois da Independência, graças ao excedente econômico gerado pelo trabalho escravo.

Isso quer dizer que o “mundo moderno” iria aparecer, aqui, de uma acumulação originária de capital sustentada sobre a espoliação do negro pelo branco. E, indo mais longe, a proletarização teve suas origens e seus limites não no “mundo que o português criou”, porém, no “mundo que o escravo produziu”. Essas origens e esses limites contêm a marca colonial e neocolonial; contudo, também são profundamente determinados pelo modo escravista de produção, por seu agente humano e pela elaboração do trabalho assalariado como substituto e equivalente do trabalho escravo.

Os trabalhadores brancos, estrangeiros e nacionais, incumbiram-se da tarefa essencial de passar a limpo a noção de trabalho livre como categoria histórica. Agora, ela precisa abranger o negro, em todos os seus pressupostos ou determinações. Socialismo proletário, entre nós, implica raça e classe indissolúvelmente associadas de modo recíproco e dialético.

Mesmo no contexto da sociedade de classes vigente – capitalista e burguesa – deve-se contrapor a democracia vinculada à classe à democracia que resulta de uma amalgamação de raça e classe. Foi fácil, por exemplo, ao italiano ou ao alemão atravessar a linha de classe. O mesmo não acontece com o negro. Este precisa atravessar duas linhas de resistência, de integração e de dissolução: a da classe e a da raça. O proletário negro propõe ao PT o limite mais amplo da liberdade com igualdade, no seio da democracia burguesa ou numa futura sociedade socialista.

“Nova Abolição”

Daí ser imperioso o desmascaramento da História – a começar pelo 13 de maio e pela realidade concreta de uma República que só é democrática para os de cima. A emancipação coletiva dos de baixo, no estágio atual, exige que o PT se volte para o passado e descubra qual era a essência do 13 de maio. Como outras manifestações históricas similares, essa data foi uma revolução social dos brancos, pelos brancos e para os brancos dos estratos sociais dominantes.

Ela dividiu os de baixo e compeliu os negros a rolar até os últimos degraus da exclusão, do desespero ou do trabalho que todos repeliam. Isso obrigou os negros a lançarem-se à conquista do seu 13 de maio, a uma nova Abolição, que passou igno-

rada, mas os colocou na condição de agentes históricos retardatários. Eles abriram para si as portas da sociedade de classes, penetraram no mercado pelas vias mais duras e começaram a classificar-se, através de um processo histórico lento, prolongado e oscilante, como trabalhadores livres no sentido pleno do conceito.

Hoje, seu movimento social conflui em várias direções, inclusive na do PT, e sua bandeira de rebelião social é outra. Eles formam, há um tempo, a vanguarda racial das forças sociais da revolução proletária e o fermento político de um socialismo revolucionário que se opõe contra os dois antigos regimes superpostos à existência da classe e da raça, como meios de exploração econômica, de dominação social e de subalternização cultural.

A “segunda Abolição” ainda não se completou. Todavia, o seu percurso é claro. Ele termina e atinge seu clímax em um movimento social que constrói dentro do PT seus vínculos mais fortes com o ideal proletário de edificação de uma *sociedade nova*, sem dominação de raça e sem dominação de classe.

Fonte: *Boletim Nacional do PT*, n. 35, p. 8-9, maio 1988.

NOTAS

¹ Nesse contexto era deputado federal eleito pelo PT (N.E.).

² Antônio Bento de Souza e Castro (1843-1898), abolicionista da província de São Paulo. Liderou os “caifazes”, grupo de abolicionistas que apoiava a fuga de escravos (N.E.).

e) OS NEGROS DO PT: ORGANIZAR E TRANSFORMAR

Flávio Jorge Rodrigues da Silva¹

O ano de 1988 tem tido, como principal marca, o fato de ser um ano de lutas políticas. Para nós, do movimento negro, não tem sido diferente. A postura tanto dos setores ligados aos governos municipais, estaduais e federal, como os ligados à Universidade, à Igreja, ao movimento sindical e popular, aos partidos, em relação ao Centenário da Abolição tem exigido definições mais precisas quanto à luta em torno da questão racial no Brasil.

Isso tem um sentido positivo. A necessidade de avanços está fazendo com que o Movimento Negro seja obrigado a sair da sua fase de denúncias do racismo e da farsa da democracia racial em nosso país – fase que chamamos de sentimental – que tem sido a tônica de nossa intervenção desde a década de 1970, para outra fase: a política. Aquela em que temos de ter respostas não só para a situação de explorados e discriminados, mas também para o pensarmos juntos, negros e brancos, alternativas para a superação dessa situação. É dentro desse contexto que deve ser discutida também a nossa organização enquanto militantes negros, no interior do PT.

A nossa militância no PT, em vários estados, existe desde a sua fundação. Ocorre pelo fato de entendermos ser este o Partido em que os negros devem participar em função de sua composição social e visão de transformação da sociedade brasileira.

Visão esta explicitada em seu programa, ao colocar a luta contra o capitalismo e seu compromisso com os trabalhadores e oprimidos em geral, na direção de uma sociedade justa e igualitária, uma sociedade socialista. Nessa sociedade, certamente, a questão racial não será resolvida, mas, nela, estarão colocadas as condições necessárias para a sua resolução.

Entretanto, embora estejamos hoje organizados em muitos estados (como comissões, grupos, secretarias ou subsecretarias), em avaliações realizadas em encontros e reuniões, temos notado que nossa participação e organização ainda são precárias.

Vários motivos podem ser apontados como elementos importantes para uma reflexão sobre o porquê dessa precariedade em nossa intervenção. Queremos destacar três motivos que julgamos importantes para essa reflexão.

O primeiro deles é a incompreensão da importância da luta contra o racismo pelo conjunto do Partido, em particular pelas nossas direções.

Falsa herança

A história e a ideologia oficial têm “explicado” que a situação vivida pela comunidade negra é uma indicação de que as relações de dominação e inferioridade econômica e social da população negra seriam apenas uma decorrência direta dos tempos escravistas e coloniais – espécie de herança que desaparecerá com o tempo. Posto isso, afirmam que no Brasil não haveria racismo, mas “simples” discriminações e preconceitos sociais, ou seja, o negro é discriminado por ser pobre e não por ser negro.

Isso também tem implicações junto aos setores mais avançados e progressistas de nossa sociedade que, influenciados por essa visão oficial, negam a especificidade e importância da luta negra e automaticamente afirmam ser o socialismo a solução para essa questão. Uma visão simplista que faz com que a luta contra o racismo, assim como a luta contra o machismo e outras das chamadas “minorias”, seja colocada em segundo plano.

Dentro de nosso partido essa visão também prevalece. É comum ouvirmos de nossos dirigentes (as exceções existem), quando abordados sobre o assunto, a defesa desse tipo de argumentação.

Outro motivo é a lacuna que ainda continua existindo entre a ação de nossos militantes nos movimentos sociais e a prática expressa pelas instâncias do Partido. Essa questão tem sido preocupação de encontros promovidos pelas Secretarias de Movimentos Populares e tem afetado nossa militância.

Como ocorre em outros movimentos, os militantes negros de nosso Partido têm preferido atuar junto a outros organismos, como as entidades negras (escolas de samba, blocos afros etc.), no sindicato, na associação de bairro, pois esses organismos têm servido como referencial real de suas atividades, deixando sem finalidade a militância partidária.

Sem compromissos

O terceiro motivo, que tem relação com o anterior, é a falta de compromisso de nossa militância e a conseqüente desorganização das comissões, grupos ou secretarias em que atuamos. Isso, aliado à falta de um projeto político, a exemplo do que acontece com o Movimento Negro, tem dificultado a nossa intervenção.

Apesar de nossos esforços, não conseguimos nos reunir de forma sistemática, aglutinar novos companheiros e os nossos trabalhos se devem mais ao voluntarismo de alguns militantes que sentem a importância e a necessidade da intervenção no Partido e fora dele.

Existe ainda, de nossa parte, uma incompreensão gerada pela confusão que estabelecemos na relação Movimento e Partido. Não temos ainda definido o entendimento da importância do papel do Partido na luta pela transformação da sociedade. Em nossa prática, visualizamos o Partido enquanto uma frente de intervenção ou apenas como militantes do movimento negro, colocando o Partido enquanto um ser distante.

Apesar de todos esses problemas, a situação não é tão negativa como pode parecer a partir das posições aqui colocadas. O Partido dos Trabalhadores, ao se colocar contrário a qualquer projeto de tom “comemorativo” ou que desvie a discussão dos resultados que a Abolição da Escravatura trouxe para a sociedade brasileira, diferenciou-se dos outros partidos e deu um norte para a nossa relação com as atividades que estão sendo realizadas.

Essa definição se deve em parte à compreensão de alguns dirigentes e, fundamentalmente, à postura correta que nós, militantes negros do PT, temos tido ao questionarmos o Centenário da Abolição e nos organizarmos, negros e brancos, para fazermos frente às iniciativas oficiais e de setores que tentam passar uma visão mais conservadora.

Encontro nacional

Outro aspecto importante diz respeito à nossa organização. Em reunião nacional, recentemente realizada pela Secretaria Nacional de Movimentos Populares, com a presença de representantes dos principais estados onde temos trabalho, foi formada uma Comissão Executiva Nacional que tem como objetivo organizar o II Encontro Nacional – O PT e a Questão Racial, que será realizado em setembro, em Vitória, no Espírito Santo. Ainda este semestre, nos estados, serão realizados encontros para escolha dos delegados e discussão do temário do Encontro Nacional.

Serão momentos importantes nos quais deveremos aprofundar as discussões aqui levantadas, de forma a propiciar ao conjunto de nossos militantes a compreensão da importância da luta negra no avanço das lutas sociais e de transformação em nosso país.

Essa compreensão é fundamental num país onde a maioria da população é negra e se localiza entre aqueles que o PT pretende atingir com suas propostas: a maioria de nossa população trabalhadora, da cidade e do campo, que tem sido colocada à margem da vida cultural, econômica, social e política.

Fonte: *Boletim Nacional do PT*, n. 35, p. 11, maio de 1988.

NOTA

¹ Na época era membro da Coordenação Provisória da Comissão de Negros do PT-São Paulo (N.E.).

f) RELATÓRIO DO II ENCONTRO NACIONAL: “O PT E A QUESTÃO RACIAL”

Algumas reflexões sobre o momento atual

O ano do Centenário da Lei Áurea coloca à nossa disposição, sem enganos, importantes elementos para uma avaliação das potencialidades e limites do movimento negro brasileiro, compreendido aqui enquanto movimento social que se expressa em diferentes campos da atividade humana; que apresenta múltiplas formas de organização e de atuação e que tem como fator de identificação, a princípio, o combate ao racismo.

No campo institucional, destacamos inicialmente a criminalização do racismo aprovada pela Constituinte, que significou uma importante conquista do movimento negro, em contraste com a característica marcadamente conservadora da nova carta constitucional.

Por seu turno, a Nova República¹ tenta legitimar a atuação do Estado volta-da para a problemática racial, que se traduz no Programa Nacional do Centenário, coordenado pela Assessoria de Assuntos Afro-Brasileiros do Minc e pela proposta da Fundação Palmares². Essas medidas têm sido acompanhadas de discursos ambíguos, que, se por um lado, insistem em legitimar o mito da democracia racial, por outro, reconhecem a existência de desigualdades étnicas no exercício da cidadania. Ao mesmo tempo, segundo dados da Cacex³, a Nova República aumentou significativamente o volume de negociações comerciais com a África do Sul. Igualmente, nos estados cresce o número de conselhos e assessorias para assuntos afro-brasileiros⁴.

Esses fatos reforçam a necessidade de um debate aprofundado no movimento negro que oriente politicamente a relação do movimento autônomo com os grupos institucionalizados e conseqüentemente com o Estado.

Outro dado a ser assinalado é que a tônica da Campanha da Fraternidade⁵ – produto da luta política dos grupos negros católicos – significou uma verdadeira ruptura no discurso clássico da Igreja Católica, evidenciando o fato de que o debate sobre o racismo está definitivamente legitimado na sociedade brasileira.

Também neste ano, multiplica-se a realização de congressos e seminários no âmbito das universidades, caracterizados por uma reavaliação do papel do negro no escravismo, na transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado e na atualidade.

Por seu lado, os partidos políticos, notadamente os progressistas, posicionam-se sobre a questão racial com enfoques determinados naturalmente pelas concepções políticas e interesses defendidos por sua organização.

Registra-se ainda o surgimento de Comissões de Negros no interior desses partidos, como a Comissão Nacional de Negros do PCB.

Em suma, podemos afirmar que no ano do Centenário da Lei Áurea, amplos setores da sociedade brasileira manifestam-se sobre a questão racial. Mas não é esta exatamente a novidade.

A novidade é que, inegavelmente, da Campanha da Fraternidade à mais inexpressiva publicação diária, podemos constatar que o velho discurso da democracia racial não mais detém a hegemonia na sociedade brasileira: estamos, pois, diante de

um dado que impõe ao movimento negro a necessidade de dar uma nova estatura política e um novo alcance no seu discurso.

No plano popular, o início de 1988 foi assinalado pela realização do 1º Encontro de Negros do Centro-Oeste, realizado no estado de Mato Grosso do Sul e que contou com a participação de todos os estados daquela região. Esse encontro comprovou o alargamento do raio de atuação do movimento, que não mais se restringe aos grandes centros urbanos, e ainda serviu para orientar as ações de protesto no 13 de maio, naquela região do país. Vale assinalar que, na região Sul e Sudeste, as ações de protesto foram debatidas no 1º Encontro do Negro do Sul e Sudeste realizado no Rio de Janeiro, em outubro de 1987. Quanto à região Norte e Nordeste, realizou-se neste ano o 8º Encontro do Negro do Norte e Nordeste, tendo a questão da educação como tema central.

Esses encontros serviram para fortalecer a articulação entre as diversas entidades e contribuíram para a realização de ações unificadas: o 13 de maio de 1988 foi marcado, de norte a sul do país, por manifestações de rua de protesto contra a versão oficial do 13 de maio e contra o racismo. Em estados como Rio de Janeiro e São Paulo, o movimento negro logrou colocar milhares de pessoas nas ruas, contrastando com as dificuldades dos movimentos sindical e popular de mobilizarem a população. Resultantes de ações unificadas das diferentes tendências do movimento, as manifestações do 13 de maio contaram com apoio em maior ou menor grau de sindicatos, partidos políticos, além de outros setores do movimento popular e de entidades da sociedade civil.

No Congresso Nacional, nas Assembleias Legislativas e Câmara de Vereadores, a semana do 13 de maio registrou manifestações de solidariedade ao movimento negro e de repúdio ao racismo.

Também as mulheres negras têm acumulado força nas suas articulações e organização, materializada na realização de encontros estaduais e do 1º Encontro Nacional de Mulheres Negras, marcado para dezembro próximo.

De resto, a recente publicação do *Catálogo de Entidades do Movimento Negro no Brasil*⁶ revela a existência de quase 600 entidades do movimento negro distribuídas em 20 dos 23 estados da Federação.

Sem dúvida, a apreciação desses dados que acabamos de expor confirma o crescimento do Movimento Negro e o grande avanço das lutas antirracismo no país. Particularmente as ações de massa verificadas no eixo Rio-São Paulo e Bahia revelam a emergente capacidade do movimento de estabelecer um diálogo com a população, expressando seus sentimentos e canalizando a revolta latente contra o racismo.

Parece-nos, pois, que o 13 de maio coloca um dado novo no debate sobre a potencialidade do movimento que está a exigir uma compreensão exata do momento que vivemos. Reside nos petistas a responsabilidade de analisar com precisão o 13 de Maio de 1988, na perspectiva de contribuir para que o MN saia fortalecido no ano do Centenário e dê um salto de qualidade na sua atuação.

No entanto, devemos nos debruçar sobre a seguinte questão: como e para onde avança o movimento?

Afirma-se que o ano do Centenário tem contribuído para uma melhor exposição das diferenças que existem quanto aos objetivos da luta antirracismo, ao papel do movimento negro e aos métodos de trabalho. Mas quais são os objetivos táticos e

estratégicos do movimento negro? O que é, finalmente, combater o racismo na sociedade brasileira?

Ao colocar essas questões, pretendemos ressaltar o fato de que, dado o quadro apresentado pelo Centenário da Lei Áurea e sobretudo a experiência concreta das lutas antirracismo, não há mais como fugir ou minimizar a urgência de respostas políticas de grande envergadura.

Sem demora, é preciso que haja uma luta de ideias politizadas e em alto nível que fortaleça a construção de um movimento negro autônomo, de massa, organizado, orientado por propostas inovadoras e transformadoras.

É urgente a necessidade de direção para o movimento, que seja politicamente capacitada, com visão e competência organizativa, de forma a estruturar, organizar e direcionar a luta antirracismo para o ataque às causas estruturais do racismo, o que implica, inexoravelmente, articular estas lutas com as lutas pela transformação da sociedade brasileira.

Contribuir para esse debate, contribuir para a construção de uma resposta partidária à questão racial, avançar na organização dos negros petistas, investir no crescimento e fortalecimento do movimento negro, avançar na construção do Partido dos Trabalhadores são as principais tarefas colocadas para o II Encontro Nacional “O PT e a Questão Racial”.

Observação: No que diz respeito à questão da Constituinte, o Encontro entendeu que o Partido deveria intensificar os trabalhos para assegurar as conquistas dos trabalhadores na nova Carta e assinar o novo texto.

Linha política – Organização dos negros petistas

Esse ponto da pauta teve início com avaliações da Comissão Petista do Centenário da Lei Áurea. Após diversas considerações, o Encontro aprovou a extinção daquela Comissão, entendendo que, a partir de então, caberá ao órgão nacional, criado no Encontro, dirigir o Partido na questão racial.

Em seguida procedemos à discussão sobre a identidade das Comissões e Secretarias do Negro e a linha política que deve orientar a atuação dos negros petistas.

Em primeiro lugar, reafirmou-se o papel estratégico do movimento negro e a função essencial do Partido como dirigente do processo de transformação.

Quanto à questão das comissões, o Encontro definiu o caráter destas iniciativas como sendo órgãos partidários, eliminando qualquer possibilidade de entendimento desses órgãos como entidades de movimento negro. Isso significa que as comissões constituem os fóruns nos quais os negros petistas se organizam para formularem políticas para o Partido e para o movimento social. A partir desses órgãos, os negros petistas propõem encaminhamentos ao Partido que devem ser discutidos no conjunto das instâncias partidárias, para, então, serem tomadas como linha política a ser adotada pelos petistas nas suas intervenções no movimento.

Os negros petistas devem trabalhar, inclusive, pedagogicamente para que a cultura política petista seja também antirracista. Ao mesmo tempo em que travam um debate interno, os negros petistas devem trabalhar para organizar a população negra no Partido, desde os núcleos até a direção nacional. Esse trabalho deve ser feito considerando-se a necessidade de nos tornar uma força política no interior

do Partido que faça valer as reivindicações e interesses da população negra nos programas partidários.

Quanto à questão de uma articulação nacional, o Encontro aprovou a criação da Subsecretaria Nacional do Negro do PT, ligada à Secretaria Nacional de Movimentos Populares. [...]

Plano de lutas

a) Para o Partido

- Lançar candidatura da deputada Benedita da Silva para vice-presidência na chapa do Lula.

- Elaborar documento para ser distribuído nacionalmente a todos os candidatos do PT sobre a concepção do Partido a respeito da questão racial.

- Elaborar plataforma sobre a questão racial para constituintes municipais e candidatos majoritários. Os majoritários devem, necessariamente, contemplar a questão racial nos seus programas de Governo.

- Que o órgão eleito no Encontro elabore a síntese do eixo político, das resoluções do Encontro e encaminhe para as direções estaduais, recomendando a reprodução para as direções municipais, com a finalidade de ser utilizada como instrumento de defesa pelos candidatos às eleições de 15 de novembro. Esse órgão deverá também assessorar os candidatos interessados e comprometidos com a luta antirracismo.

- Que o órgão dirigente promova elaboração do Plano de Governo sobre a questão racial para integrar plano de governo Lula.

- Realizar Plenária Nacional de Mulheres Negras Petistas que organize a intervenção das companheiras no I Encontro Nacional de Mulheres Negras a ser realizado em dezembro, no Rio de Janeiro.

- Amadurecer formulação de políticas que instrumentalizem o PT para que ele, no seu conjunto, compreenda a importância da questão racial, inclusive priorizando a elaboração de um dossiê sobre o *apartheid*.

- Trabalhar para que o Partido crie canais diretos de comunicação com as organizações sul-africanas que lutam contra o *apartheid* e intensificar a atuação junto à Secretaria de Relações Internacionais.

- Ampliar a ocupação de espaços na imprensa partidária para divulgação das nossas lutas.

- Organizar cursos de formação política que envolvam os quadros dirigentes do partido.

- Encaminhar a deliberação tirada na reunião ampliada da Comissão Nacional de Negros do PT e Comissão Petista do Centenário da Lei Áurea dos dias 16 e 17 de abril, em São Paulo: Plenária Nacional das Mulheres do PT, como preparação para o 1º Encontro Nacional das Mulheres Negras, a realizar-se nos dias 2, 3 e 4 de dezembro/88, Rio de Janeiro.

- Estimular a criação de grupo de mulheres no interior das comissões do negro do PT existentes, bem como a criação de comissões do negro.

b) Para a Sociedade

- Que os negros petistas devem se colocar à frente da organização das atividades para o 20 de novembro.

- Organizar marchas.
- Articular com os demais setores do movimento social.
- Trabalhar pelo fortalecimento e unificação do movimento negro, buscando construí-lo como um movimento independente, classista, autônomo e de luta.
- Os negros petistas devem fortalecer a organização dos Encontros Regionais (Norte, Nordeste, Sul-Sudeste, Centro-Oeste) na perspectiva de avançar na organização do movimento negro nacionalmente.
- Fortalecer a iniciativa para organização de um Congresso Nacional do Negro.
- Os negros petistas devem tirar uma política de atuação para todas as mobilizações da classe trabalhadora, municiado do discurso Raça e Classe.
- Intensificar o trabalho pedagógico junto ao movimento sindical e popular, buscando comprometê-los definitivamente com o combate ao racismo.
- Realizar Seminários, Encontros e Ciclos de Debates que aprofundem a reflexão sobre um projeto de movimento negro transformador e de massas.
- Estimular nos estados a realização de atividades de apoio e solidariedade aos presos políticos da África do Sul e denunciar as agressões contrarrevolucionárias aos países da África Austral.
- Aumentar a articulação da pressão pelo rompimento, por parte do governo brasileiro, de relações em todos os níveis com a África do Sul.
- Organizar campanha nacional contra a violência policial.

Fonte: Original mimeografado, 1988, Acervo CSBH-FPA.

NOTAS

¹ “Nova República” foi uma expressão de época empregada para designar, sem sucesso, o governo, escolhido em eleição indireta, que sucedeu a ditadura militar, em 15 de março de 1985 (N.E.).

² O Programa Nacional do Centenário da Abolição da Escravatura foi criado por decreto presidencial, em 1987, e ficou a cargo do Ministério da Cultura (Decreto 94.326, de 13 de maio de 1987). A Assessoria para Assuntos Afro-Brasileiros, criada no mesmo ano, no âmbito do Ministério da Cultura, deu lugar à Fundação Cultural Palmares (FCP) no ano seguinte, constituída pela Lei 7.668/1988, “com a finalidade de promover a preservação dos valores culturais, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira.” (Art. 1º). Parte das críticas a essas ações no período referiam-se à associação da questão do negro ao âmbito da cultura em sentido estrito, e à manutenção de uma versão oficial apaziguada da História (N.E.).

³ Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil S.A. (Cacex), criada por meio da Lei 2.145, de 29 de dezembro de 1953, que “dispõe sobre o intercâmbio comercial com o exterior e dá outras providências”. A Cacex foi extinta em 1990 (N.E.).

⁴ Em 1984 é criado o primeiro conselho desse tipo, o Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra, no estado de São Paulo, durante o governo de Franco Montoro. Após essa experiência, são criados conselhos estaduais na Bahia, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal, e tam-

bém conselhos municipais no Rio de Janeiro, Belém, Santos e Uberaba. Além desses conselhos, foram criadas assessorias e coordenadorias voltadas para essa temática, durante a década de 1980 (N.E.).

⁵ A Igreja Católica no Brasil, por meio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), realiza campanhas de evangelização anuais, chamadas Campanhas da Fraternidade, prática que se consolidou ao longo da década de 1960. Em 1988, respondendo às mobilizações ligadas ao Centenário da Abolição, a Campanha da Fraternidade teve como tema: “A fraternidade e o negro” e o lema: “Ouvi o clamor desse povo”. Nesse contexto, destaca-se que foi a primeira vez em que houve divisão pública na organização da Campanha. A Arquidiocese do Rio de Janeiro havia proposto o lema: “Muitas raças, um só povo” e se negou a seguir o lema deliberado pela CNBB, elaborando uma campanha paralela (N.E.).

⁶ DAMASCENO, C.; GIACOMINI, S.; SANTOS, M. *Catálogo de Entidades do Movimento Negro no Brasil*. Comunicações do ISER 5. Rio de Janeiro: Iser, 1998 (N.E.).

g) CANDIDATURA DA BENEDITA A VICE: POR QUE BENEDITA DA SILVA COMO VICE DO LULA?

Comitê de apoio à Benedita Vice do PT

1) Temos que assumir a responsabilidade política na elaboração de um pensamento social e revolucionário, vivo, dinâmico e contínuo dentro do PT. Revela-se um acúmulo teórico e prático importantíssimo, ao termos no horizonte o socialismo como nosso objetivo estratégico, conforme resoluções do 5º Encontro Nacional. E foi com essa perspectiva que, nos últimos dez anos, avançamos política e organizativamente. Mantendo uma linha política coerente, participamos, organizamos e dirigimos milhares de lutas gerais e específicas; cresceu-se o número de militantes e filiados, conquistamos prefeituras importantes e elegemos vários parlamentares, enfim, nos legitimamos perante o conjunto da classe trabalhadora e da sociedade e nos credenciamos para disputar as eleições presidenciais de 1989, com chances reais de vitória.

2) Entretanto, o debate está distante do conjunto dos filiados e dos trabalhadores. Constatamos que não há um aprofundamento dessa discussão no conjunto da militância e nas bases petistas organizadas. Isso nos coloca diante de um desafio. Ou o enfrentamos ou corremos o risco de ver frustradas nossas expectativas e assistir passivamente à debandada da militância.

3) Portanto, é urgente a necessidade de recuperar a memória histórica e política de nosso país, a qual tem sido sistematicamente agredida pela estrutura de dominação instalada há quase 500 anos. Aqui, a classe dominante e suas elites sempre se esforçaram para evitar e impedir que nós pudéssemos identificar e assumir ativamente as nossas raízes étnicas, históricas, culturais e políticas.

4) É nessa linha que pensamos a questão do nosso vice-candidato na chapa do companheiro Lula e a sua relação com a nossa política de alianças já definida. Durante a campanha presidencial essa aliança deve ser histórica e cultural. Isso significa identificar com a classe trabalhadora e à absoluta maioria do povo brasileiro secularmente marginalizado e excluído das decisões e da participação política. Para o PT significa trazer à memória a questão do Trabalho no Brasil. Desmascarar a História e propô-la cada vez mais real e verdadeira é procurar ser coerente com a condição de partido que advoga a luta e a construção do socialismo.

[...]

20) As eleições de 1989 têm um profundo significado histórico para os trabalhadores e para nosso povo. Desde 1960 que não votamos para presidente da República. Com o golpe militar de 1964, a burguesia e os militares mantiveram o poder político pela força das armas. Hoje o poder burguês é tutelado pelos militares. Inúmeros companheiros(as) foram mortos e exilados. Outros sofreram o exílio e o anonimato político no próprio país.

21) Distantes desse processo, os trabalhadores e demais setores oprimidos, silenciados pelo regime militar, resistiram à opressão, mantiveram acesa a chama das lutas e na expectativa de mudanças profundas e radicais na realidade política e social brasileira. Os trabalhadores, as mulheres, os negros e a juventude oprimida, sem acesso à riqueza e aos bens coletivamente produzidos, sem terra e sem moradia, sem acesso à educação e à saúde, sem acesso à informação e aos bens culturais, sofreram

nesse período as manipulações das elites, dos partidos burgueses, dos patrões, das grandes empresas transnacionais e do grande latifúndio.

22) No final dos anos 1970 e início dos 1980, os trabalhadores mobilizados voltam à cena política nacional, com lutas, greves e um conjunto de reivindicações. De espectadores, passamos a ser atores e sujeitos da nossa própria história. Fundamos o PT como expressão, organização e instrumento político dessas lutas. O PT surge das lutas e como necessidade histórica, dando um salto de qualidade e de organização nas lutas travadas até então.

23) Nesse período, os movimentos sociais crescem vigorosamente. A CUT se consolida como central sindical legítima e representativa de milhões de trabalhadores, da cidade e do campo. Com o crescimento da consciência política de uma parcela significativa da classe trabalhadora e o aguçamento da crise e das contradições sociais no país, as quais a burguesia e suas elites com seus inúmeros planos de arrocho não têm resposta, o PT se legitima e se credencia no campo eleitoral/institucional, como uma alternativa real de poder.

24) Nos quase 500 anos da nossa história, pela primeira vez, temos um operário candidato a presidente da República – o companheiro Lula – com chances reais de o egermos. Esse fato por si tem um peso histórico. No entanto, o fato por si só não basta. Hoje é necessária uma compreensão mais profunda da realidade posta diante de nós. O socialismo que queremos será construído no dia a dia das lutas, no acúmulo político fundado nas experiências históricas dos trabalhadores e do nosso povo.

25) Para alcançar esse objetivo, é necessária uma política de alianças concreta e real. Uma política que não se confunda, com alianças eventuais, táticas, eleitoral ou eleitoreira com partidos ou personalidades que tradicionalmente excluíram e excluem a participação da classe trabalhadora e de setores sociais historicamente oprimidos e marginalizados. No nosso entendimento, o PT deve fazer uma aliança com os setores que formam a maioria da população brasileira. Setores sociais desfavorecidos, despossuídos, marginalizados e excluídos da participação política devido à opressão racial, sexual e de classe. Ao se definir por uma aliança com esse setor, o nosso partido estará dando passos concretos rumo à organização da luta pelo socialismo. As alianças não devem se dar somente no campo partidário. É necessário o debate com os demais partidos políticos que se colocam no campo da luta contra a exploração e a opressão. Dessa maneira, estaremos fazendo uma aliança estratégica, política, histórica e cultural com a maioria do nosso povo, com a totalidade da classe trabalhadora e não simplesmente com frações de classe. Com esse entendimento, supera-se *a priori* que o nosso vice tenha que ser de dentro ou de fora do partido ou se amplia ou não a candidatura Lula.

26) Nessa linha, para estabelecer essa aliança, o nosso candidato a vice necessariamente deve vir deste setor ou representar este setor. A experiência de outros embates políticos/eleitorais/institucionais já demonstrou que um candidato com um perfil de classe média ou com penetração na classe média nunca deu certo. As classes médias sempre oscilaram, senão vacilaram, e parcelas significativas dessas classes médias sempre tenderam eleitoralmente por uma candidatura de centro. As eleições de novembro de 1988 dão um exemplo concreto disso. Basta dar uma olhada nos mapas eleitorais.

27) De outro ângulo, as amplas camadas sociais desprivilegiadas e marginalizadas sempre foram manipuladas e cooptadas pelas elites burguesas, populistas e reformistas.

Esses setores sociais começam a demonstrar um grau enorme de insatisfação política ao Governo Lula que, calcado num Programa democrático e popular, fará mudanças profundas nas estruturas de poder, econômicas, sociais, políticas e culturais no país. Mais do que nunca é necessário que façamos um arco bem amplo de alianças (já definidas no 5º Encontro Nacional) e que nosso vice venha desse setor, e não do campo da burguesia e dos patrões. Temos dentro e fora do partido muitos companheiros em condições de assumir como vice na chapa do companheiro Lula. Todos têm uma trajetória de lutas de compromisso histórico e ideológico com nossas lutas. Todos têm representatividade para assumir esta tarefa. No entanto, quem hoje reúne melhores condições para assumir esta tarefa política e histórica é a companheira Benedita da Silva.

28) Todos os companheiros citados como possíveis candidatos a vice têm um problema sério para o partido: não ampliam a quantidade de votos praticamente garantidos entre os operários, militantes da Igreja Católica, estudantes, trabalhadores rurais organizados e em diminutos setores da classe média intelectualizada. No nosso entender, o que mais credencia a companheira Benedita a ser vice do Lula na Presidência da República é ela reunir, também, qualidades eleitorais que nenhum outro companheiro do partido ou nossas alianças possuem.

29) No nosso entendimento, não é nenhum equívoco político um vice de dentro do partido. Basta que façamos a discussão com as outras forças que formam o nosso bloco de alianças. De outro modo, por que um vice do nosso partido tenha que ser de “esquerda” e de fora não é uma tremenda ambiguidade ou um escamoteamento sutil do debate político. Para nós, a questão das eleições é muito mais ampla do que a discussão de sequelas ou de preferências pessoais, de grupos, organizações ou corporativismos. Enfim, a escolha do vice ultrapassa interesses menores ou simplesmente a questão rasteira de marcar posição política. Nesse momento conjuntural, a questão é do projeto político e de que lado nós estamos. Quem faz aliança com quem. É isso que nos interessa. O PT tem que estar atento a isso.

30) Não vimos até agora nenhum candidato citado, fora Benedita, que amplie os votos do PT para muito além destes segmentos da sociedade. Defender esse ou aquele candidato porque atrai os votos da juventude é equivocados: os jovens, e particularmente esses de 16 anos, que passam a votar a partir desta eleição, têm um alinhamento praticamente automático com o PT. E aquela minoria que, num primeiro momento, simpatiza com o PV ou PCs, diante da gritante distância na preferência do eleitorado entre estes partidos e o PT, optaria por nós.

31) Existem aqueles que defendem determinado candidato porque atrai os votos da classe média. Essa tática, além de já ter sido provado na prática que é errada – vide eleições de 85, 86 e 88 – não é por si só suficiente para atrair o voto da classe média. Não existe uma liderança, nem dentro nem fora do nosso partido, que pode ser caracterizada como capitalizadora dos anseios da classe média, assim como o Lula é para a classe operária. Se quisermos ter os votos da classe média é necessário ter propostas claras e acabadas. É necessário que façamos essa classe social, econômica e politicamente oscilante entender que para a defesa dos seus interesses é preferível se aliar à classe operária e não à burguesia. As deliberações do 5º Encontro apontam muito claramente nessa linha.

32) Para que a candidatura do PT tenha êxito é necessário que algumas constatações sejam feitas: o PT cresceu nas últimas eleições do Rio de Janeiro e é hoje o

principal competidor do PDT e de Brizola nesse estado, onde há uma classe operária combativa, como demonstrou a recente greve de Volta Redonda ou a participação dos cariocas na greve geral. Porém, é justamente no Rio de Janeiro a força maior do PDT e o Brizolismo.

33) Portanto, disputar com o Brizolismo a preferência do eleitorado, seja da classe média, seja operário ou camponês, é fundamental para o nosso partido.

34) Por outro lado o Rio de Janeiro é o terceiro eleitorado do país e é fundamental que o nosso partido tenha uma votação significativa neste estado para poder ganhar a eleição. Ter uma candidatura a vice no Rio é meio caminho andado para abocanharmos uma boa parcela desses votos, pois o sentimento bairrista no eleitorado brasileiro ainda é forte. É nossa oportunidade de disputarmos os votos que em outras circunstâncias seriam majoritariamente de Brizola.

35) Fator importante que deve ser analisado é a composição étnica da população das várias regiões do país, que, de acordo com o IBGE-1980, a população negra está assim distribuída: 77% da região Norte, 73% da população do Nordeste, 50% dos residentes na região Centro-Oeste, 32% dos que moram no Sudeste e 15% da população na região Sul. Esse fato pode contribuir não só para identificação da companheira Benedita com essas populações, bem como para que a mesma contribua para a organização dos Movimentos Negros nessas regiões. Devemos levar em conta que 40,2% da força de trabalho do país é composta de negros e 60% desses ganham até meio salário-mínimo.

36) Além disso, vamos tentar três características da Bené que só ela tem e que revertem em votos e saldo organizativo na massa: Benedita é antiga moradora do morro e reconhecida liderança dos favelados. Como candidata a vice, se houver uma campanha benfeita, identificando a candidata com essa parcela da população, é possível angariar os votos dos favelados de diversos centros urbanos com problemas de habitação no país.

37) É importante lembrar que o favelado em geral, embora esteja numa situação pior do que a maioria dos operários (que normalmente vive na periferia, mas não em favelas), tem sido um verdadeiro celeiro de votos para a burguesia, que, em época de eleições, distribui camisetas, comida ou realiza pequenas melhorias em troca de votos. Temos uma candidata a vice que esses trabalhadores identifiquem como liderança e defesa de suas reivindicações pode fazer com que o seu voto nesta eleição se dê de maneira mais politizada, revertido para o nosso partido. Além do que é nossa grande oportunidade de penetrarmos de forma mais efetiva nesta parcela da população. É possível angariar, também, o voto das donas de casa que veem na Benedita a sua representante, por seu passado de lutas junto a esses segmentos.

38) O fato de Benedita ser negra e mulher, e ter um discurso questionador do racismo e do machismo embutido na nossa sociedade, faz com que os negros e as mulheres em geral também tenham nesta candidatura um fator de identificação. O PT seria, sem dúvida nenhuma, o único partido a ter uma mulher e negra, candidata a vice.

39) Outro fator importante que fala em favor da Benedita é sua opção religiosa. Benedita faz parte de uma das igrejas evangélicas que existem às centenas no Brasil. Essas religiões que, na sua origem, significaram um avanço, pois questionavam o poder absoluto da Igreja Católica, aliada da monarquia, cresceram à sombra e como

sustentáculo ideológico do capitalismo e não é por acaso que são tão fortes nos Estados Unidos e Inglaterra, por exemplo.

40) Ainda assim, como em qualquer outro grupo, contradições existem. E, por mais que os dirigentes sejam anticomunistas, a maioria dos fiéis destas igrejas vem das classes oprimidas. Assim sendo, estariam muito mais propensos a um discurso de esquerda do que de direita. Ocorre que o espírito de corpo, o preconceito criado contra quem não é da religião, faz com que esses religiosos escolham sempre como candidatos alguém que pertença a sua igreja e que, por serem lideranças, são anticomunistas. A nossa candidata é religiosa, pertence a uma dessas igrejas e portanto os trabalhadores que se identificarem com seu discurso não teriam motivo algum para não votar na chapa do PT.

41) Penetrarmos neste campo que até então pertencia à burguesia, à direita, significa uma reviravolta tão grande quanto o que foi o aparecimento da Teologia da Libertação na Igreja Católica, principalmente que, no nosso entender, é exatamente com o mesmo discurso da Teologia da Libertação que Benedita e o PT devem penetrar nestas áreas.

42) Outro aspecto é que algumas destas religiões – calcadas em alguns países onde já fizeram essa “reviravolta” – se congregam no Conselho Mundial das Igrejas, uma entidade que tem tido posturas cada vez mais avançadas em sua política para o Terceiro Mundo em contraposição à posição orientada pelos Estados Unidos. Sem dúvida essa articulação em nível internacional, que tem expressão muito forte em países africanos, daria, além de outros organismos com quem o PT já tem relação, um apoio político significativo. Por tudo isso colocado que o nosso partido não tem outra opção melhor como candidata a vice-presidência da República. O compromisso, a retidão, a capacidade de argumentação e liderança política também se somam às vantagens que a companheira apresenta sob o ponto de vista eleitoral. Evitamos discorrer a respeito, pois são qualidades que os demais companheiros apontados como possíveis candidatos também reúnem.

É isso aí, companheiro(as)!

Saudações Petistas. Até a vitória.

Fonte: Original mimeografado, 1989, Acervo CSBH-FPA.

h) POLÍTICAS DE GOVERNO

A elaboração das políticas sociais para a população negra, no Governo da Frente Brasil Popular, estará baseada nos seguintes princípios:

- 1) respeito à autonomia do movimento negro;
- 2) apoio às lutas dos povos oprimidos da África e dos negros de outros continentes; repúdio aos países que tenham institucionalizado qualquer tipo de discriminação; reorientação das prioridades da política externa em relação ao continente africano e rompimento das relações diplomáticas com a África do Sul;
- 3) definição de políticas especiais dirigidas à população negra, que acionem mecanismos de mobilidade social, visando à promoção diferencial desses segmentos, a saber:
 - assegurar através de leis e fiscalização o combate ao racismo no trabalho;
 - assegurar que os currículos didáticos contemplem e respeitem as diferentes etnias que conformam a população brasileira;
 - assegurar, por meio de leis, a fiscalização rigorosa e o combate à veiculação de preconceitos de qualquer tipo por intermédio dos meios de comunicação social;
 - criar um programa especial de combate ao racismo, desenvolvendo campanhas educativas permanentes;
 - criar no âmbito de cada ministério grupos de trabalho para diagnosticar, propor e subsidiar medidas governamentais de combate ao racismo;
 - democratizar, reequipar e reorientar a atuação da Fundação Cultural Palmares, colocando-a a serviço do fomento da produção cultural de origem africana.

Fonte: *Brasil Urgente – Lula Presidente*. Fascículo Sociedade, “Escravidão pelo racismo”, p. 8-9, 1989. Acervo CSBH-FPA.

i) OS NEGROS E O 1º CONGRESSO: TEMOS QUE FAZER A NOSSA PARTE

Flávio Jorge Rodrigues da Silva¹

O terceiro número do *Jornal do Congresso* publica o resultado parcial do trabalho das comissões temáticas, constituídas pelo Diretório Nacional, referentes ao tema Reorganização Partidária.

Ao discutir a participação de setores discriminados no Partido dos Trabalhadores, no que diz respeito à questão racial negra, começa afirmando que “é incipiente o desenvolvimento político e a estruturação orgânica do trabalho voltado para a luta antirracista em nível partidário. Esta realidade é contraditória com o fato de que grande número de militantes do movimento negro organizado no país seja petista ou simpatizante do PT e, muitos, atuantes em todos os anos de construção do partido”.

Essa afirmativa vai ao encontro a uma parte do texto “A questão racial negra nos 11 anos do PT”, publicado no primeiro número de *Cadernos do I Congresso* – da Coordenação.

Política Geral do Congresso: “Entretanto, os impactos dessa militância – seja no cotidiano do partido, na composição dos organismos de direção, na própria formulação de seu projeto político para a sociedade brasileira – podem ser considerados precários nesses 11 anos de vida”.

A partir dessas afirmações é que consideramos acertada a decisão do Diretório Nacional de possibilitar que os encontros setoriais preparatórios ao I Congresso do PT – sindical, juventude, mulheres, negros, ecologistas, agrário, saúde, educação, portadores de deficiência, assuntos indígenas e transporte-moradia-associações de moradores – tenham direito de eleger delegados aos encontros estaduais e diretamente ao Congresso.

As direções partidárias, sempre criticadas – corretamente – pelos que militam em torno da questão racial, por não entenderem a importância dessa luta na construção de um projeto político para as relações sociais no Brasil, *já fizeram sua parte*.

A realização dos encontros setoriais, além de possibilitar a presença da militância racial negra no I Congresso, tem um papel ainda maior, qual seja, o de possibilitar, também, que essa militância dê sua contribuição para que nosso partido, num momento importante de sua vida, em que é referência da luta socialista – ainda existimos –, não só no Brasil, mas em todo mundo, entenda no seu conjunto que o racismo é um instrumento de dominação e exclusão. Que essa compreensão e sua incorporação nas decisões do Congresso adquiram um caráter transformador num país de grande população de origem negra, onde o elemento racial, somado à situação de violência e miséria, é responsável pelo grau de exploração, dominação e extermínio da classe trabalhadora e pobre.

Temos que fazer a nossa parte nos empenhando na realização de nossos encontros setoriais.

Fonte: *Boletim Nacional*, ago.- set. 1991, n. 57-58, p. 12.

NOTA

¹ No contexto era coordenador da Subsecretaria Nacional de Negros do PT (N.E.).

j) MULHERES NEGRAS: ACESSO À CIDADANIA POLÍTICA DO GOVERNO LULA

Gevanilda G. Santos, Glauca Matos, Matilde Ribeiro

Introdução

Atestamos que a realidade de vida das mulheres negras não deve ser tratada como um substrato das questões consideradas mais importantes, como é em geral o tratamento dispensado à classe social (o corte economista como única fonte de análise da sociedade) ou a generalização quando se fala de mulheres e negros (tratados como sementes uniformes, sem diferenças em seu interior).

Entendemos que as questões referentes à classe social permeiam-se pelas de gênero e raça, assim como o gênero e raça permeiam-se por posições e relações de classe. Sendo assim, a exploração, resultado do processo produtivo, e divisão das classes sociais e as opressões advindas das relações sociais de desigualdade entre raças e sexos juntam-se num sistema de exploração/opressão que gera exclusos quanto ao acesso à cidadania.

Historicamente, vem sendo construído no Brasil um ideal de democracia do ponto de vista das raças e sexos, porém sabemos que essa visão é falsa, pois atende a interesses da ideologia dominante, servindo para explicar e justificar as condições diferenciadas entre esses segmentos.

A característica decisiva da sociedade de classe tende, em geral, a naturalizar as desigualdades como um procedimento ideológico fundamental para encobrir as contradições sociais. Como exemplo, citamos, em relação à mulher, a utilização das características biológicas (menstruação, gravidez, amamentação) como forma de inferiorizá-la e oprimi-la. Para o negro, também se procura provar cientificamente a inferioridade (são comparados a animais irracionais, logo, menos inteligentes que os humanos brancos etc.) e, em contrapartida a superioridade do branco.

Os mecanismos tradicionalmente utilizados para a manutenção da inferioridade atribuída aos negros, mulheres e mulheres negras são variáveis: a negação do machismo e racismo, o reforço à passividade e abnegação, a impunidade e o silêncio diante de situações discriminatórias e, acima de tudo, as reações dissimuladas e sutis que vão construindo as desigualdades sociais.

O racismo brasileiro, embora se apresente de maneiras veladas, é altamente eficiente. Vivemos sob as marcas de um sistema escravista que, mesmo após um século de seu término oficial, ainda exerce sua influência.

A ideologia da democracia racial está arraigada no pensamento nacional. Essa propõe a falsa ideia da convivência pacífica entre negros e brancos, apesar das desigualdades de condição de vida, com o objetivo de ocultar esta realidade. Os negros e negras estão submetidos à marginalidade em todas as esferas de sua vida (social, política, econômica, cultural etc.), são invisíveis nos meios de comunicação, são mantidos fora das posições políticas de destaque, enfim, são excluídos dos direitos à cidadania.

Nesse sentido, nos espaços de poder e decisões políticas (parlamento, partidos políticos, órgãos de representação pública), os negros e mulheres são minoria,

sendo dessa forma desenvolvidas e estruturadas leis, normas e ideias para o conjunto da sociedade que vão ao encontro da concepção dos que estão majoritariamente representados nestes espaços, isto é, os homens brancos e muito comumente ricos.

Partindo do princípio que o racismo e o machismo não produzem apenas resultados de ordem ideológica e cultural, mas também material, que incide diretamente nas diferenças de oportunidades e condições de vida, a visão de cidadania como parte da construção de uma verdadeira democracia social deve pautar-se pela ideia da construção da igualdade.

A construção da cidadania para negros, mulheres e mulheres negras passa pela legitimação do exercício da liberdade, reconhecimento da pluralidade e, acima de tudo, no campo das políticas governamentais, a criação de ações concretas que permitam as condições de igualdade.

[...]

Propostas

As propostas que apresentaremos a seguir são alguns indicadores em relação à alteração da condição da mulher negra; juntam-se, pois, com as propostas apresentadas em relação às mulheres e negros, em outros itens do programa.

O desenvolvimento das políticas públicas globais deve associar as análises das realidades micro e macrosociais, firmando-se na necessidade de combate à desigualdade, reconhecer a pluralidade entre raças e sexos e promover direitos à cidadania para todos.

Devem, portanto, garantir pleno emprego, programas de abastecimento, de saúde e saneamento básico, educação e políticas urbanas e de habitação que têm sido sistematicamente boicotadas por setores conservadores incrustados no aparelho de Estado e por *lobbies* poderosos comprometidos com interesses minoritários, elitistas e racistas. Tais políticas públicas globais devem incluir a análise das desigualdades de etnia, gênero e classe.

Trabalho

- Garantia de profissionalização, melhores salários e redução da jornada de trabalho, que venham a reverter a atual situação.

- Garantia de acesso às mulheres negras e aos negros no mercado de trabalho, ampliando os mecanismos punitivos em relação à exigência de “boa aparência”, que nada mais é do que um veto racista.

- Medidas compensatórias em relação à mobilidade social no mercado de trabalho, quanto à entrada, permanente e promoções.

Direitos reprodutivos

- Implantação no sistema público de saúde de procedimento para detectar nos primeiros anos de vida a anemia falciforme, e desenvolvimento de programas de prevenção e tratamento de doenças de mais alta incidência na população negra, tais como a hipertensão e as miomatoses, que têm sérias repercussões na saúde reprodutiva.

- Democratização do acesso à informação com a introdução do quesito cor, na declaração de nascimento, prontuários e demais formulários do sistema de informação em saúde, e nos atestados de óbito, para que se conheça o perfil da morbidade e da mortalidade da população negra do país.

Educação

- Implantação de medidas compensatórias quanto à permanência e mobilidade dos negros e negras no sistema educacional, por meio de quotas de participação, programas específicos etc.

- Garantia de revisão dos currículos escolares, alterando as formas racistas e discriminatórias com que é tratada a história da população de origem africana.

- Garantia de revisão dos livros didáticos, buscando dar maior visibilidade e valorização à população negra, somando-se à necessidade de reorientação na ação dos profissionais em todos os níveis educacionais.

- Garantia de maior vinculação do sistema educacional/profissionalização e mercado de trabalho, possibilitando que a educação possa de fato contribuir para a mobilidade social da população negra.

Texto debatido e elaborado pelas mulheres negras petistas, aprovado no Seminário da Política de Ação Afirmativa do PT, 26 a 28/11/93 – Rio de Janeiro. Responsáveis pela elaboração: Gevanilda G. Santos, Gláucia Matos, Matilde Ribeiro.

Fonte: Original mimeografado, 1983, Acervo CSBH-FPA.

k) EMENDA CONSTITUCIONAL: CONSCIÊNCIA NEGRA E TRANSFORMAÇÃO DA REALIDADE

Florestan Fernandes

TÍTULO VIII – Da Ordem Social

CAPÍTULO IX – Dos Negros

Art... São compreendidos como negros os indivíduos e cidadãos que se consideraram como tal e os que, por estigmatização, são tratados “como negros” e “pessoas de cor”.

§ 1º Portadores de uma herança cultural rica e variável, veem-se privados de seus padrões, instituições e valores sociais por pressão fragmentadora do ambiente. É direito dos negros e dever do Estado proteger essa vasta herança cultural em seu sentido histórico e em sua função diferenciadora das comunidades negras.

§ 2º Eles são proprietários de faixas descontínuas de terra, com frequência incorporadas às “fronteiras em expansão”, expropriadas por vizinhos ricos e poderosos. Os governos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios procederão a um esforço convergente planejado para garantir suas posses territoriais e a exploração de suas riquezas.

§ 3º Como os mais desiguais em convívio direto com os brancos e populações ricas, são lançados à marginalidade, excluídos do mercado de trabalho sem condições competitivas e bloqueados em suas tentativas de ascensão social e conquista da cidadania. Os governos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios desenvolverão planos ostensivos para conferir às populações negras meios para corrigir essa situação intolerável e, especialmente, para difundir entre si a cidadania ativa.

§ 4º As famílias negras e seus membros enfrentam dificuldades econômicas, culturais e políticas arraigadas para organizar-se em bases institucionais estáveis de modo a proteger os homens, as mulheres e os menores da privação econômica, do desemprego, da pobreza, do alcoolismo, do crime, da mendicância e de outros efeitos desintegradores determinados pelo racismo. Serão feitos esforços especiais para sanar esses problemas e dilemas sociais através de instituições dotadas de recursos humanos e de meios financeiros que sanem tais entraves à humanização da pessoa.

§ 5º A escravidão e a subalternização extrema do “liberto” encontraram no preconceito racial a racionalização para justificar a sua existência e “necessidade” em um país católico. A exclusão do trabalho livre, variável conforme as regiões do país, o aproveitamento da força de trabalho negra como mão de obra barata ou a sua exclusão predominante do mercado de trabalho reforçaram as manifestações do “preconceito de cor”, da estigmatização e da discriminação raciais. Hoje, o dilema racial do Brasil perpetua-se de modo complexo. O negro é excluído porque não estaria preparado como “trabalhador livre”; e não se converte em “trabalhador livre”, porque lhe são negadas as condições de aprendizagem e de socialização. O Poder Público intervirá crescentemente nessa esfera, para acabar com o paradoxo.

§ 6º A oferta de ensino público gratuito não é suficiente para integrar e reter estratos da população negra nas escolas. O Poder Público corrigirá essa contradição oferecendo às crianças, jovens e adultos negros oportunidades escolares persistentes e em constante aumento através de bolsas escolares, destinadas à manutenção pessoal dos estudantes enquanto durar sua escolarização (cf. art. 213).

§ 7º O Poder Público procurou, primeiro através da Lei Afonso Arinos¹ e, depois, através do art. 5º, XLII, e da Lei 7.716², resolver os problemas do negro como uma forma de racismo. É importante caracterizar as manifestações de “preconceito de cor”, de estigmatização e discriminação raciais nesses termos e puni-las como “crime inafiançável”. No entanto, a realidade transcende esses limites. O branco precisa tomar consciência de seu comportamento preconceituoso e o negro necessita aprender que não pode eximir-se individualmente dos efeitos nocivos do tipo de racismo existente. O mais importante, porém, é que devem partir da verdade para co-existir fraternalmente como cidadãos de uma sociedade multirracial. A contribuição da escola e das instituições-chave será manejada pelo Poder Público nessa direção. O negro não é somente “igual perante a lei”. Ele ocupa uma situação desfavorabilíssima que precisa ser corrigida pela educação democrática, pelo convívio como cidadãos da mesma sociedade civil e do mesmo Estado.

§ 8º O negro destaca-se por sua herança cultural (folclore, religião, canto, música, danças, línguas etc.) e por acontecimentos históricos nos quais teve participação notável. Esses aspectos devem ser salientados pelo Poder Público, principalmente nas cerimônias públicas, nos livros didáticos especiais e na evocação das grandes personalidades negras, de Zumbi a Machado de Assis ou Cruz e Souza³. O mesmo ocorre no êxito ímpar do negro em diversas atividades, altamente valorizadas pela comunicação em massa e pelos padrões de gosto predominantes. Assim, o Poder Público enaltecerá as personalidades negras que colheram êxitos especiais nos campos das artes e das atividades cívicas para alcançar um efeito de educação multiplicativo: a consciência da igualdade dos cidadãos e do êxito do negro quando conta com a liberdade de usar o seu talento.

Justificativa

Há tempo o negro deveria contar com capítulo especial da Constituição da República Federativa do Brasil. Não só por sua contribuição ao nosso desenvolvimento humano, cultural e histórico, mas especificamente pelo que simboliza a Lei do Ventre Livre⁴ como uma espoliação final.

Se quisermos possuir uma República democrática temos de atribuir ao negro, como indivíduo e coletividade, um estatuto democrático. O negro tornou-se o teste número um da existência da universalidade e da consistência da democracia no Brasil.

Ele é um *experimento crucis* (um experimento crucial). A liberdade, a equidade e a fraternidade do negro nas suas relações com indivíduos pertencentes a nacionalidades transplantadas por imigrações e a outras raças e etnias redimem o nosso ser histórico do peso da negação e da destruição de raças negras portadoras de civilizações que enriqueceram para sempre o nosso patrimônio cultural. Além disso, graças a essas civilizações, o negro não se envolveu na formação do Brasil somente

como “escravo”, “liberto” e “ingênuo”. Rasgou um painel que colocou a liberdade em primeiro plano, graças a heróis como Zumbi ou Henrique Dias⁵.

Cumprе assinalar, sobre toda e qualquer outra reflexão: os que foram lançados nos patamares mais inferiorizados da sociedade democrática são os que precisam e merecem um suporte ativo à sua formação humana, psicossocial, cultural e política. Não se trata de um “protecionismo especioso”. Mas de corrigir uma injustiça que desgraça as pessoas e as comunidades negras. Para nivelá-los aos brancos, é imperativo conceder-lhes uma espécie de suplementação da condição humana e da posição social. Só assim as elites das classes dominantes se desobrigarão de um crime histórico que sobrecarrega e degrada a consciência crítica dos cidadãos bem formados e emancipa o Estado de sua intervenção nas páginas mais negativas de nossa perspectiva de nação emergente. Ou liberamos o negro por todos os meios possíveis ou persistiremos escravos de um passado nefando que encurrala o presente e o futuro a uma abjeção singular.

Fonte: Centro de Documentação e Informação. Coordenação de Publicações. Brasília, 1994. Câmara dos Deputados. 49ª Legislatura – 4ª Sessão Legislativa. Série: Separatas de discursos, pareceres e projetos. N. 59/94.

NOTAS

¹ Lei Afonso Arinos, 1.390, de 3 de julho de 1951, inclui entre as contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceitos de raça ou de cor (N.E.).

² Lei 7.716, de 5 de janeiro de 1989, tipificou como crime as práticas de racismo, discriminação ou preconceito de raça ou cor, e não mais como contravenção penal (N.E.).

³ Como parte do esforço de construção de uma história nacional que incluísse a contribuição do negro na sociedade brasileira, são retomados estes personagens. Além de Zumbi, definido em diversos documentos dessa seleção, o autor reforça a contribuição de autores negros de destaque na literatura nacional: Joaquim Maria Machado de Assis (1839-1908), jornalista, contista, cronista, romancista, poeta e teatrólogo, um dos maiores autores de literatura do Brasil, negro e filho de operários; e João da Cruz e Sousa (1861-1898), destacado poeta do simbolismo brasileiro, negro, filho de escravos alforriados (N.E.).

⁴ A Lei do Ventre Livre, de 28 de setembro de 1871, estabeleceu que os filhos de mulheres escravas nasciam livres; no entanto ficavam sob a custódia do senhor de escravos até os 21 anos de idade (N.E.).

⁵ Henrique Dias (?-1662) arrematou uma tropa formada por negros para lutar contra a ocupação holandesa. Recebeu a patente de “governador dos crioulos, negros e mulatos” e o título de Cavaleiro da Ordem de Cristo, equivalente ao título de fidalgo (N.E.).

1) 13 PROPOSTAS DO GOVERNO LULA CONTRA O RACISMO

Construir um novo Brasil, onde vigore, efetivamente, a igualdade de oportunidades e condições de vida, implica avançar na análise da estruturação da sociedade para além da abordagem referente à exploração econômica, considerando, também, as desigualdades geradas pelos efeitos das discriminações raciais, sexuais, regionais e outras.

A visibilidade à questão racial é essencial, pois em nossa sociedade a discriminação racial é um elemento distribuidor das oportunidades sociais e fator agravante da condição de trabalho e de vida do povo negro, que representa mais da metade da população brasileira. É nessa perspectiva que apresentamos os seguintes compromissos do Governo Lula:

1) Racismo não combina com democracia.

A discriminação racial praticada em larga escala em nossa sociedade viola o direito à igualdade, um dos pilares fundamentais da democracia. É dever do Estado assegurar a igualdade de direitos, de oportunidade e tratamento, de modo a transformar a democracia formal em democracia de fato.

Não basta a igualdade de todos perante a lei: é preciso assegurar ao povo negro condições dignas de vida.

O Governo Democrático e Popular assume o compromisso de estabelecer políticas públicas que promovam igualdade de oportunidade e tratamento, em cumprimento dos objetivos fundamentais da Constituição da República.

2) Discriminar é crime: a constituição e os tratados internacionais serão para valer.

Discriminação racial é crime previsto na Constituição. Constam, também da Constituição, direitos do povo negro que não são respeitados na prática. O Governo Democrático e Popular assume o compromisso de implementar todos os dispositivos constitucionais antidiscriminatórios que forem de competência do Poder Executivo.

Mais do que isso: assume o compromisso de buscar o aperfeiçoamento da legislação antidiscriminatória, buscando viabilizar a plena utilização de instrumentos legais na luta pela superação do racismo.

Além da Constituição, o Brasil é signatário de importantes tratados internacionais antidiscriminatórios. Dentre outros, a Convenção Contra Todas as Formas de Discriminação Racial da Organização das Nações Unidas (ONU) e a Convenção 111 da Organização Internacional do Trabalho (OIT)¹.

Assumimos o compromisso de fazer valer esses tratados, retirando-os da gaveta e colocando-os a serviço da cidadania do povo negro brasileiro.

3) Terra para os quilombolas.

O artigo 68 das disposições constitucionais transitórias prevê a titularidade da terra aos remanescentes de quilombos.

Os quilombos são símbolos vivos da luta e da resistência negra contra o escravismo e o racismo. São símbolos da luta de Zumbi dos Palmares, herói negro que deverá merecer todas as homenagens no próximo ano, tricentenário de sua morte.

Por isso, o Governo Democrático e Popular deverá assegurar prontamente a emissão dos títulos de propriedade das terras das comunidades remanescentes de quilombos.

4) Salário igual para trabalho igual.

Implementar efetivamente a Convenção 111 da OIT (que trata da discriminação no trabalho) e assegurar o desenvolvimento de programas de geração de empregos e de profissionalização, que contemplem os setores excluídos.

Instalar a Câmara sobre as discriminações já propostas pelo Ministério do Trabalho que deverá se ocupar de diagnósticos e propostas de políticas públicas e aperfeiçoamento da legislação antidiscriminatória.

Assegurar o princípio da não discriminação no preenchimento dos postos de trabalho controlados pela União e garantir a reforma agrária.

5) Violência racial no banco dos réus.

A violência racial física, material e simbólica atenta contra os direitos fundamentais do povo negro, submetendo-o à condição de subcidadão e expondo-o a um verdadeiro processo de genocídio.

O Governo Democrático e Popular deverá envidar todos os esforços para viabilizar o fim do foro especial para crimes cometidos por militares, e também assegurar políticas de segurança pública que combatam a ação dos grupos neonazistas e dos grupos de extermínio.

6) Enegrecer a comunicação.

A discriminação racial é visível em nossos órgãos de comunicação.

A construção de referências não estereotipadas e a presença do negro nesses órgãos são condições necessárias para quebrarmos as imposições que orientam a veiculação da propaganda e a comunicação em nosso país.

É compromisso do Governo Lula assegurar a representação proporcional dos grupos étnicos nas campanhas de comunicação do governo e das entidades que com ele mantenham relação econômica ou política.

Deverá garantir, ainda, o fim da veiculação de preconceitos, nos termos da Lei 7.716, como uma das metas para a democratização dos meios de comunicação.

7) Educação para todas as raças.

Assegurar a adoção da pedagogia interétnica na escola pública, de forma a implementar o artigo 242 da Constituição Federal².

Viabilizar uma ampla reavaliação dos livros didáticos, visando adequá-los à pluralidade racial do país e pondo fim à veiculação do preconceito através dos livros didáticos.

Desenvolver programas de formação permanente de professores e educadores que os habilitem a tratar adequadamente a questão racial.

8) Futuro melhor para as crianças e adolescentes negros.

Cerca de 75% das crianças e adolescentes assassinadas no Brasil são negros.

Além dessa brutal violência, a criança negra é sempre parte significativa dos indicadores de abandono da escola, trabalho infantil, moradores de rua, desnutrição e mortalidade, tráfico de crianças e degradação social da infância.

Impõe-se romper com este círculo vicioso que empurra as crianças e adolescentes negros para as ruas e toda sorte de violência.

As políticas globais do Governo Democrático e Popular deverão contemplar o universo social da criança e do adolescente, negros e negras, de forma a dar-lhes

acesso à educação, saúde, moradia e lazer de boa qualidade, respeitando suas particularidades, tradições, valores e história de vida.

9) Mulher negra: um basta à invisibilidade.

A complementação entre as discriminações raciais e das mulheres reafirma para as mulheres negras maiores diferenças de oportunidades e condições de vida.

O Governo Lula deverá incorporar no desenvolvimento dos seus diversos pontos de programa (saúde, trabalho, educação etc.) ações específicas que contemplem o binômio gênero/raça e a realidade vivenciada pelas mulheres negras.

10) Cultura negra é essência da cultura nacional.

Reavaliar, reorientar e favorecer o processo de democratização da gestão da Fundação Palmares.

Promover o mapeamento e tombamento dos sítios e documentos detentores de reminiscências históricas, bem como a proteção das manifestações culturais afro-brasileiras nos termos dos artigos 215 e 216 da Constituição Federal³.

Desenvolver programas que assegurem igualdade de oportunidade e tratamento nas políticas culturais da União, tanto no que diz respeito ao fomento à produção cultural quanto na preservação da memória, de modo a dar visibilidade aos símbolos e manifestações culturais do povo negro brasileiro.

São os compromissos do Governo Democrático e Popular para o reconhecimento e valorização da cultura negra.

11) Saúde com distinção de raça.

Adoção, no sistema público de saúde, de procedimento de detecção de anemia falciforme (nos primeiros anos de vida), hipertensão e miomatoses, males cuja incidência é maior na população negra.

É compromisso do Governo Democrático e Popular, a introdução do quesito cor nos sistemas de informação sobre saúde, incluindo os sistemas de informação sobre morbidade e mortalidade profissionais.

12) África é a raiz do Brasil.

O continente africano é terra de origem da metade da população brasileira.

Por isso o governo Democrático e Popular assume o compromisso de reavaliar as políticas de relação com os países africanos, estabelecendo intercâmbios mutuamente benéficos e solidarizando-se com as lutas dos povos daquele continente.

13) Movimento Negro.

Os setores organizados da população negra terão respeitadas sua autonomia e independência e deverão ter papel ativo na definição das políticas públicas antidiscriminatórias do Governo Democrático e Popular.

Fonte: *Campanha Lula Presidente: 13 Propostas do Governo Lula Contra o Racismo*, 1994. Acervo CSBH-FPA.

NOTAS

¹ A Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial foi adotada e aberta em 1965 e ratificada no Brasil em 1968. A Convenção 111 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Discriminação em Matéria de Emprego e Ocupação foi adotada em 1958 e ratificada no Brasil em 1965 (N.E.).

² O parágrafo primeiro do artigo 242 da Constituição de 1988 define que o “ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro” (N.E.).

³ Até esta data, o artigo 215 definia que: “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais” e, nos parágrafos 1º e 2º, enfatizava a necessidade de proteção das manifestações culturais afro-brasileiras, entre outras. O artigo 216 versa sobre o patrimônio, definindo que “constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira [...]”. Com relação às culturas afro-brasileiras, acrescenta, no parágrafo 5º, que “ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos” (N.E.).

m) 300 ANOS DE ZUMBI E PERSPECTIVAS 96: O PT E A QUESTÃO RACIAL

Em que pese o PT ter surgido simultaneamente à retomada do movimento negro organizado, a discussão da questão racial no interior do partido não alcançou a dimensão necessária. O PT, na sua gênese, aparece refletindo o setor sindical, secundarizando ou omitindo outros aspectos estratégicos para a compreensão da realidade brasileira, não incorporando a dimensão racial como fundamental para a construção do projeto político de transformação da realidade do país.

O Programa Democrático e Popular do PT foi elaborado nas bases das dificuldades que passam o povo brasileiro e tem no seu bojo os principais eixos, como: educação, habitação saúde, direitos humanos, meio ambiente, saneamento básico, serviços urbanos, previdência social, acesso à terra, melhor qualidade de vida e uma melhor distribuição de renda. O PT propõe empreender as transformações sociais necessárias para responder às aspirações populares do ponto de vista dos trabalhadores e do conjunto dos excluídos.

No entanto, para um partido que surgia pretendendo se afirmar como canal de expressão dos “sem voz”, “dos oprimidos”, “dos condenados da terra”, era impossível fechar os olhos diante da tragédia histórica do povo negro no Brasil. Mesmo assim, o manifesto de fundação não dedicava nem uma linha sequer ao tratamento da questão. Posteriormente, o PT incluiu no seu ideário programático: “O PT manifesta-se solidário com os movimentos de defesa dos demais setores oprimidos, entendendo que respeitar as culturas e as raças significa ajudar a acabar com as discriminações em todos os planos, sobretudo no econômico. Neste particular, a luta pela defesa da cultura e das terras indígenas, bem como a questão do negro, assume papel relevante”. A luta contra a discriminação racial foi incorporada como elemento acessório, complementar da luta econômica, não obstante a afirmação de que não se tratava de questão secundária.

Por meio dessa atitude o PT não fechou os olhos para a questão racial, mas, também, não desvendou o véu, o manto que encobre o racismo brasileiro e promove uma redução aparente dos seus efeitos. Apesar de afirmar o contrário, o PT repetia o equívoco histórico da esquerda de superestimar a importância da contradição de classes diante de outras contradições engendradas na sociedade e se deixava impregnar pela ideologia racista hegemônica na sociedade brasileira. Ao não compreender o papel e a importância do racismo na estruturação e reprodução de desigualdades em nossa sociedade o PT tornou-se, ainda que involuntariamente, cúmplice, parceiro da manutenção do “*status quo* racial”.

Apesar do PT se reivindicar portador de uma nova “matriz” no complexo universo político da esquerda e na trajetória histórica brasileira, isso não o imuniza diante da ideologia racista hegemônica. Além disso, decorridos mais de quinze anos de experiência petista, podemos afirmar, a cada dia com maior segurança, que, mesmo com alguns elementos diferenciadores que dão certa originalidade ao partido, o PT é, sobretudo, continuidade reciclada da tradição de esquerda que reduz as contradições da sociedade ao terreno econômico e enxerga o Brasil com um olhar branco.

O PT, um partido com vocação socialista, interpreta as relações sociorraciais como produto das desigualdades da formação social brasileira e incorpora tal interpretação no seu discurso programático, mas não trata esta questão como um eixo básico para a contra-hegemonia na sociedade civil, e sim como uma questão de minoria. Por isso garante uma fatia do poder para os setores “minoritários” caso eles sejam capazes de pressionar para obtê-lo. Essa fatia do poder será viável ao exercício da cidadania do negro, se os militantes negros e negras tiverem capacidade de acumular força suficiente para se fazer representar nas instâncias de poder. Mas essa alavanca não é impulsionada pelo partido, na medida em que a concepção e ação advindas da relação raça e classe é [sic] embrionária dentro da sociedade brasileira e tem reflexos no cotidiano de um partido, mesmo sendo ele o PT, o que adia a transformação das desigualdades sociorraciais brasileiras.

O PT, ao defender a cidadania do negro sob a concepção de minorias, cria um campo de tensão na relação negro e partido político. O conceito de minorias é utilizado pelas Ciências Sociais para designar aqueles grupos que, independentemente da quantidade populacional, não são donos da sua vontade e de seu destino histórico. Setores do Movimento Negro, muitos com militância no PT, discordam do conceito qualitativo de minoria, por compreender que a população negra brasileira constitui maioria e porque tal conceito não atende à dinâmica das transformações sociorraciais, na medida em que afirmar a participação numérica e desigual dos negros na sociedade brasileira significa quebrar a ideologia racial vigente, que instrumentaliza o mito da democracia racial como mecanismo de exploração de classe, exclusão social e opressão racial.

O conceito de minorias acaba omitindo uma leitura mais crítica das relações raciais e o nosso partido, ao incorporá-lo no contexto histórico do pensar e agir na realidade brasileira, buscou atualizar o enfoque sobre a questão racial na forma, sem mexer no conteúdo. Podemos utilizar dois exemplos para tal afirmação:

- As resoluções aprovadas no I Congresso que dizem, entre outras coisas: “A esquerda brasileira tem formação eurocêntrica, onde a questão capital X trabalho foi sempre considerada a base explicativa de todas as contradições presentes na sociedade. Isso a impediu de compreender que esta contradição é fundamental, mas só ela não dá conta da totalidade das opressões sofridas pela população trabalhadora em geral. Nesse sentido, se omite em relação à formulação de uma política de combate ao racismo expresso na sociedade brasileira através do extermínio de crianças e adolescentes, a violência policial, a esterilização em massa de mulheres, o desemprego (...). Se o PT não entender esta questão, realmente estará seriamente comprometida a sua proposta de ser o agente transformador das estruturas opressivas da sociedade brasileira”.

Nas duas campanhas presidenciais disputadas através da candidatura Lula, na disputa eleitoral a questão racial foi objeto secundário, quase invisível, tanto no discurso quanto na “imagem” apresentada à sociedade através do programa eleitoral no rádio e televisão.

- A não implantação dos objetivos programáticos, as resoluções adormecidas no papel fazem com que se torne ineficaz e inconsequente qualquer atitude discursiva de reconhecimento do racismo que não seja acompanhada de medidas efetivas de combate às suas diversas manifestações. Impõe-se também para o PT o reconhecimento do povo negro como sujeito histórico particular, autônomo e portador de

interesses e objetivos específicos para a construção de uma sociedade multirracial, democrática e socialista.

Se for verdade que a seleção e hierarquização propiciadas, pelo racismo garantem privilégios raciais para os brancos, torna-se inócuo todo e qualquer questionamento aos equívocos do PT neste terreno, se não for acompanhado de uma intervenção dos negros na vida partidária. Num partido, assim como na sociedade, as mudanças decorrem de situações de disputa. Os privilegiados não se convencem pela beleza ou coerência dos argumentos, mas pela combinação destes com a força social e política.

Para qualificar uma intervenção dos negros no interior do PT se faz necessário revisar a trajetória da militância negra no interior do partido. De meados dos anos 1980 até o I Congresso se verificou um razoável acúmulo organizativo no tratamento da questão racial. Foram realizados dois encontros nacionais de negros, construíram-se diversos organismos e aprovaram-se resoluções importantes.

É fundamental a reorientação do debate e ação partidária transformando o Programa Democrático e Popular do PT num instrumento capaz de municiar toda a militância partidária e, por consequência, o movimento negro brasileiro, na mobilização e construção de políticas globais que nos deem condição para responder as exigências da realidade social e política. Para esse novo período, que se abre sob o Tricentenário da Imortalidade de Zumbi, a militância negra petista precisa continuar avançando no sentido de ocupar espaços políticos dentro do PT e na sociedade como um todo: seja na formulação de políticas ou no fortalecimento das organizações do movimento negro.

A ação da Secretaria Nacional de Combate ao Racismo

O III Encontro Nacional de Negros e Negras Petistas, realizado em Belo Horizonte, em junho de 1995, buscou retomar a aglutinação da militância negra. Indicou ao X Encontro Nacional a criação de uma instância para garantir a continuidade da articulação partidária em torno do combate ao racismo.

A decisão do X Encontro Nacional do PT de criar a Secretaria Nacional de Combate ao Racismo (SNCR) representa um marco no debate interno acerca da questão racial e coloca, principalmente para os militantes negros, a disputa política num novo patamar. O reconhecimento da importância estratégica da luta contra a discriminação racial pode começar finalmente a sair do papel, se materializando em políticas para a intervenção partidária nas diversas esferas.

O surgimento da SNCR não indica que o PT tenha deixado de conter seu viés racista e preconceituoso; antes disso, é o reconhecimento de que ele possui essas características. Cabe, então, a todos os militantes que estão, ou estarão, ligados à luta pelo combate ao racismo, se empenhar ao máximo para que este reconhecimento sirva para eliminá-lo e não para reafirmá-lo, como acontece em alguns setores da nossa sociedade.

É papel da SNCR implementar junto ao PT análises e ações contestatórias aos projetos do Governo FHC, garantindo a elaboração de políticas que realmente alterem a vida da população negra, mantendo uma postura crítica com relação a entidades e pessoas cooptadas pelo Estado e requerendo o processo de sanção no caso de filiados que contrariem essa política.

A presença no partido e a disputa política devem se constituir numa prática permanente através da SNCR. Esta deverá constituir-se como um espaço de elaboração e construção de políticas globais do partido com recorte racial, constituindo-se em uma instância decisória e articuladora de nossas ações com as demais simultâneas e instâncias partidárias. Para o debate em torno do programa de ação da SNCR, propomos como ponto de partida o documento elaborado para eleições de 94: “Propostas do Governo Lula contra o Racismo”, que representa o acúmulo, até o momento, em nosso partido.

Os objetivos estratégicos da SNCR são: elaboração de políticas públicas a serem implantadas nas administrações petistas; elaboração de propostas para a ação partidária nos legislativos; formação política dos filiados e militantes; ocupação das direções em todos os níveis; indicação e eleição de candidatos negros para os diversos cargos de representação. A implantação de tais objetivos só será possível mediante a constituição de espaços que incorporem a militância negra em torno de alguns acordos e objetivos comuns. Este tipo de empreendimento, levando em conta a diversidade ideológica e política dos negros e negras petistas, deve ser construído sob a égide da tolerância, da convivência na diversidade, dentro e fora do partido, e da construção de um projeto comum do povo negro por uma sociedade brasileira multirracial, democrática e socialista.

Não podemos permitir que a SNCR possa vir a cometer os mesmos equívocos que percebemos nas relações internas do PT, pois, as instâncias do partido, muitas vezes, cumprem mais o papel de espaço de disputa interna do que uma estrutura funcional que tem ações e objetivos específicos a serem cumpridos, para que a máquina partidária possa funcionar como um organismo sadio.

A unidade de ação deve ponderar sobre as divergências de encaminhamentos, sejam elas dentro da Secretaria ou nas relações com as instâncias do partido. Precisamos conceber como instâncias algo mais abrangente do que está contido no “Projeto de Novo Estatuto do PT” e incluir, pelo menos internamente, as Secretarias (estaduais e municipais) e mesmo os núcleos em nossa proposta de relacionamento. Os núcleos de base constituem a pedra fundamental do PT, que nos últimos tempos vem sofrendo fortes abalos justamente por ter abandonado sua política de investimento prioritário nessa instância.

Dessa forma, deveremos desenvolver ações no sentido de implantar as SNCRs em todos os diretórios, definindo uma linha de atuação que busque unificar as questões gerais que afetam diretamente o povo negro, resguardando as especificidades das regiões, estados e municípios. Uma vez criadas secretarias em cada instância, um projeto de atuação política deve ser encaminhado para o respectivo diretório, no sentido de garantir a agilidade das propostas nele contidas.

A ocupação dos cargos de direção não pode ser uma política isolada: ela deve vir acompanhada de uma discussão ampla, na qual os companheiros e companheiras que vierem ocupá-los tenham o compromisso de levar consigo a defesa intransigente das relações raciais, não só dentro do PT, mas em toda a sociedade brasileira.

Nossa conduta interna merece ter um enfoque diferenciado. Para isso torna-se necessário criarmos um espaço de intercâmbio constante com as demais secretarias, sejam elas estatutárias ou setoriais, no sentido de promovermos uma interação nas discussões e nos encaminhamentos a serem tomados pelo conjunto.

Indicações para construção do plano de trabalho da SNCR:

- garantir que a questão racial esteja contemplada em todas as instâncias, encaminhamentos e ações partidárias com a participação efetiva do Secretário e/ou representantes da SNCR nas reuniões das Executivas e dos Diretórios Municipais, Estaduais e Nacional;
- debater, propor e encaminhar projetos que atendam as especificidades do povo negro junto ao Parlamentares petistas (Senadores, Deputados Federais e Estaduais, Vereadores) e Secretaria de Assuntos Institucionais;
- monitorar as ações e pressionar o atendimento das reivindicações da população negra junto às Administrações do Campo Democrático e Popular;
- elaborar conjuntamente com a Secretaria de Formação cursos, seminários, debates, conferências, visando à qualificação da intervenção política da militância negra e atividades similares para toda a militância partidária;
- apoiar a luta dos remanescentes de quilombos, junto à Secretaria Agrária e demais instâncias partidárias;
- manter a discussão racial e de gênero junto à Secretaria de Movimentos Populares, contribuindo para a intervenção de todos os setoriais;
- contribuir para que todas as publicações, jornais, revistas, boletins e programas nacional e estaduais, de rádio e televisão pautem a questão racial e o combate ao racismo, numa ação conjunta com a Secretaria de Comunicação e Cultura;
- contribuir na construção de um movimento nacional em defesa do emprego para o povo negro, buscando um movimento de massa;
- sugerir a construção de uma data junto aos movimentos e partidos de esquerda, no período de março a abril, que seja um dia de luta e mobilização em defesa do emprego, direitos sociais e cidadania do povo negro;
- exigir que todos os textos redigidos, inclusive os crachás de identificação nas atividades partidárias, destaquem a diferença de gênero (homens e mulheres);
- promover seminários, debates sobre as religiões de matriz africana e afro-brasileira.

Fica a cargo do Coletivo da SNCR aprofundar e estruturar o plano de trabalho, tendo como ponto de partida as indicações e resoluções do IV Encontro Nacional de Negros e Negras Petistas.

Fonte: *Caderno Em Destaque*. Secretaria Nacional de Combate ao Racismo. IV Encontro Nacional de Negros e Negras do PT, p. 8-12, itens 4 e 5.

n) 7º ENCONTRO SETORIAL NACIONAL DE COMBATE AO RACISMO

Tese aprovada pelos delegados e delegadas presentes ao Encontro

Introdução

O encerramento do século XX trouxe a síntese constituída no período do Renascimento e do Humanismo, período de instituição de “novos valores” que, na sua implantação, violentou nações, princípios e territórios, estimulou revoluções e afirmou ideologias contemporâneas, originando um período contraditório da nossa sociedade excludente, injusta e antidemocrática.

Nesse final de milênio perduram e se afirmam, cada vez mais, formas distintas de discriminação racial. Mesmo nas sociedades ditas democráticas e livres, o racismo está presente, e as maneiras pelas quais ele se manifesta e é perpetrado variam de acordo com culturas, contextos históricos e processos hegemônicos de constituição de estados e governos. Objetivando ocultar a segregação e a violência promovida pelo mito da democracia racial, definido como padrão de relações raciais em que as oportunidades são iguais para todas as raças envolvidas, como modelo de convivência harmônica entre raças. Desconsiderando a realidade da farsa histórica, que possa justificar o jogo de um sistema racista através de um processo de dominação e não aceitação do outro. Institucionalizando a exclusão social, naturalizando relações autoritárias, paternalistas e clientelistas. Persistindo, assim, a reprodução de um modelo sociocultural e econômico essencialmente branco, machista, cristão, eurocêntrico e heterossexual.

Partindo desse cenário, o centro da tese aprovada pelo 7º Encontro Setorial Nacional de Combate ao Racismo é apontar para alguns fatores que podem auxiliar na análise crítica das estratégias de combate ao racismo, que estão em marcha na sociedade brasileira desde o final do século passado.

Aprofundar o debate sobre as estratégias de combate ao racismo no Brasil

Para tanto, é necessário evidenciar qual é o tipo de diálogo que o movimento social negro tem travado com o Estado Brasileiro e todas as formas de representação em âmbito federal, estadual e municipal. O diálogo deverá objetivar as possibilidades e os limites das forças políticas que governam o Estado brasileiro de incorporar e realizar políticas públicas de combate ao racismo.

É no jogo das relações políticas, isto é, das relações de poder, que se trava o diálogo em questão, também chamado de negociação.

E, no jogo das negociações, a argumentação mais forte está no fato de a incorporação do discurso e práticas de combate ao racismo se constituírem em ganhos democráticos, principalmente, para as forças políticas que as implementam.

Quais são os setores sociais e forças políticas que estão abertos, dispostos a enfrentar essa tarefa política?

Qual é o caráter dessa ação política? Neoliberal, centro-esquerda ou radical de esquerda?

As reformas de ação de combate ao racismo têm ocorrido na direção de quais grupos sociais?

Elas serão capazes de atingir quais camadas da população negra?

Qual é o grau de exclusão que tal política responde?

Qual é o alcance das reformas jurídicas e administrativas que estão em marcha? Quebrar o mito da democracia racial e a resistência da mentalidade racista e conservadora são tudo o que queremos?

Ou precisamos avançar na direção de impactos e resultados concretos, na melhoria da qualidade de vida da população negra de nosso país?

Essas questões são importantes para orientar as análises das estratégias de combate ao racismo da militância antirracismo do Partido dos Trabalhadores, num período em que se esgota um modelo de participação política iniciado no primeiro ano do governo de Fernando Henrique Cardoso, com a incorporação de reivindicações históricas do movimento negro, no plano jurídico-institucional, na perspectiva de atualizar a atitude das classes dominantes diante da questão racial negra.

Com a proximidade de oito anos de governo, constatamos o que já afirmávamos na tese aprovada em 1996, no IV Encontro Nacional de Negros e Negras do PT: a impossibilidade de mudanças estruturais nas relações raciais em um governo de orientação neoliberal; a incapacidade de um governo em dar um novo tratamento às desigualdades raciais e na relação do Estado brasileiro com o racismo, a discriminação e o preconceito vigentes.

O esgotamento de um ciclo: a negociação como principal estratégia para o combate ao racismo no Brasil

Vivemos na maior nação negra fora da África, que assistiu mais de 5 milhões de africanos(as) serem escravizados(as) (cerca de 40% do total de negros arrancados da África pelo tráfico escravista). Conforme nos mostra o índice de Desenvolvimento Humano (IDH), as condições de vida dos(as) negros(as) no Brasil hoje não diferem da África.

Ganhamos os piores salários, somos os primeiros a sermos demitidos, os livros escolares não contam nossa história, nossa juventude sofre em decorrência da violência policial e as mulheres negras sofrem uma tríplice opressão.

Porém, temos uma história de resistência neste país, simbolizada na luta de Dandara¹ e outras mulheres, de Zumbi dos Palmares e outros e outras grandes líderes revolucionárias.

Na história mais recente, desde finais da década de 1970, o chamado movimento negro brasileiro, nas suas diferentes formas e matizes ideológicos, tem se mobilizado para pressionar o Estado brasileiro.

A estratégia utilizada foi a do diálogo, ou se preferir, a da negociação. Ela atendeu, ainda que parcialmente, às antigas reivindicações da parcela organizada da população negra, o que denominamos de movimento social negro contemporâneo.

Destacamos alguns exemplos da implantação dessa estratégia e de suas consequências na vida de negros e negras de nosso país.

A Lei Caó², com a Constituição de 1988, criminalizou o racismo e foi o resultado de uma mobilização parlamentar de centro-esquerda para atender às reivindicações do movimento social negro que se acumulavam desde a década de 1970. Esse instrumento jurídico-político tem tido maior eficácia como uma simbologia que desmascara/denuncia a farsa da democracia racial brasileira e, ainda, carece de recursos para o aperfeiçoamento dos dispositivos legais, tipificando os crimes de racismo.

A Fundação Palmares, vinculada ao Ministério da Cultura, instituída no ano de 1988, foi uma realização do governo Sarney como resposta à ampla mobilização do movimento negro contra a farsa do centenário da Abolição. Este órgão público representou mais a institucionalização de uma estrutura pública de combate ao racismo no âmbito do governo federal, com pouca eficácia na gestação de políticas para a inclusão da população negra na vida política, econômica e cultural do país.

A marcha à Brasília, em comemoração ao *Tricentenário da Morte de Zumbi*, paudou na ordem do dia o debate sobre o racismo no Brasil e a consequente divisão racial do trabalho, obrigando Fernando Henrique a dar uma resposta perante a sociedade, trazendo à tona a discussão sobre a possibilidade da existência de políticas de ações afirmativas no país durante o seu governo, o que na prática não se concretizou.

No governo de FHC, no ano de 1995, após a ampla mobilização dos 300 anos de Zumbi dos Palmares, que teve como seu ápice a Marcha contra o Racismo, pela Igualdade e pela Vida (que reuniu, naquele ano, cerca de 30 mil pessoas de todo o país, em Brasília) – a negociação resultou na formação do Grupo de Trabalho Interministerial para Valorização da População Negra (GTI), criado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, no âmbito da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, Ministério da Justiça, em 20 de novembro de 1995 e o Grupo de Trabalho para a Eliminação da Discriminação no Emprego e na Ocupação (GTDEO), criado em março de 1996 no âmbito do Ministério do Trabalho, com a finalidade de sugerir medidas compensatórias à população negra em diversos itens, tais como saúde, educação, mercado de trabalho e meios de comunicação.

Com a reeleição de FHC, no ano de 1998, ocorreu a criação do Programa Nacional de Direitos Humanos com a função de formular políticas públicas e privadas de ações sociais para a redução das desigualdades no Brasil. Em relação à população negra, esse programa apoia as medidas elaboradas pelo GTI, e propõe debate sobre a criação de cotas para negros nas universidades públicas, no mercado de trabalho e na mídia.

No ano de 2001, mais precisamente em outubro, um mês após a Conferência Internacional Contra o Racismo, a Xenofobia e a Intolerância, realizada na África do Sul, o Governo Federal cria o Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCDD), ligado ao Ministério da Justiça, com a finalidade de “propor e avaliar as políticas afirmativas de promoção da igualdade e da proteção dos direitos de indivíduos, grupos sociais e étnicos afetados por discriminação racial e demais formas de intolerância”³. Além dessa medida, algumas ações do governo foram tomadas, como a do Ministério da Reforma Agrária.

A atual posição do Governo Federal, e os objetivos dos projetos em tramitação, é acenar com a possibilidade de incorporação ou de mobilidade social para setores da população negra, a partir de uma plataforma de desenvolvimento ou de crescimento nacional que vai fazer parte do debate das eleições que se aproximam.

Novamente está em debate a integração do negro na sociedade de classes e isso diz respeito às possibilidades e limites do capitalismo brasileiro em ajustar a distância social entre as classes, de incorporar o negro como parcela excluída da sociedade e de criar condições objetivas para o seu acesso e participação nos benefícios sociais dispostos na sociedade brasileira.

O desafio está em discernir, criticamente, no jogo da conjuntura política neoliberal qual é a perspectiva do Governo Fernando Henrique Cardoso, novamente em aliança com um setor do movimento negro que o apoia e que tem servido de base de sustentação ao seu governo, e aponta para uma pontual incorporação das demandas por políticas de combate ao racismo e representação político-institucional, num período final do mandato presidencial.

O Governo FHC fecha um ciclo de submissão ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e ao Banco Mundial. A maneira com que o governo tucano encara a questão racial no Brasil explicitou-se durante as comemorações dos “500 anos”, onde os negros enfrentaram, do lado de outros setores do movimento social, bombas, tiros da polícia de FHC e ACM em Porto Seguro.

Ao pensar a implantação de políticas sociais em tempo de regulamentação do Estado Mínimo é preciso estar atento e refletir sobre os interesses das forças políticas, das classes, dos grupos sociais, das relações de raça/etnia para se implantar essas políticas.

Está em marcha um diálogo, aparentemente surdo, entre as reivindicações dos chamados novos movimentos sociais, que defendem igualdade de condições sociais para os diferentes, e as políticas governamentais brasileiras em resposta a essas demandas.

São inúmeras as estratégias que a ideologia neoliberal poderá lançar mão para sobreviver diante das críticas às inconseqüências da globalização, que, na verdade, têm acentuado a exclusão social, a intolerância à diferença e o acirramento do racismo, para falar apenas dos aspectos mais evidentes da conjuntura internacional.

As políticas de ação afirmativa e de cotas

O debate sobre a política de ação afirmativa, de cota e de projetos em tramitação no Congresso Nacional, de iniciativa de parlamentares de diferentes partidos, introduz o debate sobre as cotas como parte ou como instrumento da adoção de políticas afirmativas para a superação do racismo e das desigualdades raciais.

Nesse debate, sobre as possibilidades de implantação de política afirmativa, sob o arco das forças que sustentam o governo de FHC, destaca-se uma possível divisão ou uma falsa postura de derrota de alguns setores do governo. Como exemplo, citamos a posição do Ministro da Educação, Paulo Renato³, contrário à implantação da política de cotas proposta pelo Comitê Nacional responsável pela preparação da participação brasileira na III Conferência Mundial da ONU Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada em Durban, África do Sul, de 31 de agosto a 7 de setembro de 2001⁴.

Mas o que ocorre, concretamente, é a construção de mais um órgão institucional de caráter consultivo com o objetivo duvidoso, diante do programa de governo excludente desenvolvido por FHC, de acompanhar e avaliar a implantação de políticas públicas afirmativas.

Durante e após a realização da III Conferência Mundial Contra o Racismo, a imprensa pautou o debate em torno das controvérsias a respeito da política afirmativa, que no Brasil é interpretada e na prática efetiva-se como políticas de cotas.

Por mais que se diga que política afirmativa não é reserva de vagas ou cotas, que é apenas um instrumento para a inclusão da população negra através de cotas na educação, mercado de trabalho, mídia etc., o que se vê é o avanço de uma política governamental que, respaldada por dados estatísticos, diagnósticos e apoio de setores do Movimento Negro, defende por meio das cotas a inclusão de negros e negras nas universidades públicas, como uma política de resultado mínimo diante do dilema do racismo na sociedade brasileira.

É importante lembrar que ainda está latente no imaginário de negros e brancos brasileiros a luta dos afro-norte-americanos contra a política segregacionista dos EUA, embalada no movimento por direitos civis na década de 1960. Essa experiência histórica tem sido considerada como relevante e um fator de legitimação para a implantação de políticas afirmativas aqui no Brasil.

Mas é necessário e importante lembrar que a implantação da estratégia norte-americana para atenuar os conflitos raciais chega ao nosso país com quatro décadas de atraso, num momento de refluxo dos movimentos sociais afro-americanos e de avanço da política do Governo Bush, que restringe as políticas sociais (a mesma política desenvolvida por Fernando Henrique Cardoso nos seus dois mandatos) e está legislando contra as políticas públicas afirmativas em vários estados norte-americanos. Como exemplo, ver as investidas dos conservadores californianos, que estão estabelecendo legislações restritivas à política afirmativa⁵.

Voltando ao debate interno do país, o curioso é que tanto as forças conservadoras quanto as progressistas têm manifestado adesão ou rejeição à implantação das políticas afirmativas por motivos radicalmente diferentes.

O posicionamento das forças conservadoras

Muitos conservadores brasileiros são contra a política afirmativa porque nem sequer conseguem imaginar uma política de expansão dos benefícios sociais, visto que estão assentados nos privilégios, garantidos pelo caráter desigual das relações sociorraciais. Comungam uma ideologia racista do tipo tradicional, semelhante ao comportamento dos conservadores sulistas norte-americanos.

Mas isso não é tudo. Há outras vertentes. A ideologia racista cultural que afirma que a diferença é um dado da cultura e justifica a existência natural das diversas raças/etnias, em que alguns desenvolveram o bom desempenho das habilidades físicas e artísticas, enquanto outros são mais dados à racionalidade tecno-científica.

A ideologia racista neoliberal, mais moderna, atualmente hegemônica no Brasil, admite o racismo por pressão dos movimentos sociais, mas, na utilização da estratégia de negociação para amenizar as contradições sociorraciais, implementa uma política de cima para baixo, de menor custo e alcance social. Assim, de forma oportuna, instrumentaliza o direito à diferença para se sustentar no jogo da disputa política por destinos da sociedade brasileira.

É o que chamamos de uma política racial perversa do Estado Mínimo, que, longe de combater as estruturas do racismo fundadas na desigual condi-

ção social de 44% da população brasileira, procura institucionalizar políticas mínimas para dar ao Estado brasileiro uma publicidade democrática. Em outras palavras, uma estratégia conservadora travestida de liberal que retoma com uma nova roupagem e reedita o que o movimento negro pensa ter enterrado: o mito da democracia racial.

Essa política tenta dialogar e seduzir apenas um setor que é minoritário, a população negra universitária. Não dá resposta ao dilema de quase 65 milhões de brasileiros que nesses últimos 500 anos resistiram, por inúmeras gerações, sob a mais cruel e desigual condição social e contra toda uma política de Estado que impedia a superação deste quadro, na medida em que negava a existência do racismo como um mecanismo que restringe a participação da população negra e pobre na sociedade de classe, confinando-a aos espaços da periferia das cidades, aos baixos salários, aos subempregos, à comercialização da sua cultura a preços baixíssimos, à educação pública de péssima qualidade, ao extermínio por ação da violência policial e à feminilização da pobreza, principalmente, da mulher negra.

Essa é a ideologia racista moderna que ora explora o negro por sua condição de classe, ora explora o negro por sua condição racial, ora por sua condição de gênero.

O posicionamento das forças progressistas e de esquerda

Alguns setores dos partidos políticos e mesmo setores do movimento negro atuantes no campo da esquerda fazem a denúncia desse racismo do tipo moderno. Colocam-se contrários à implantação de políticas afirmativas ou de cotas porque, diante do dilema do negro, afirmam que, no Brasil, a maioria da população pobre é negra.

São setores, entre eles o nosso partido, o PT, que mesmo denominados como progressistas ou de esquerda e incorporando o discurso da necessidade de uma política de combate ao racismo, ainda repetem um antigo equívoco: secundarizam as contradições raciais ou omitem outros aspectos estratégicos para a compreensão da realidade brasileira, não incorporando a dimensão racial como fundamental para a superação das desigualdades e para a construção de um projeto político de desenvolvimento e de transformação da realidade do país.

Ao não compreender o papel e a importância do racismo na estruturação e reprodução de desigualdades em nossa sociedade, esse bloco de forças torna-se, ainda que involuntariamente, cúmplice da ideologia racista hegemônica que denunciamos no bloco de forças anterior, o das forças conservadoras.

O debate que estamos propondo: que o Estado tem condições de implementar políticas públicas de ação afirmativa para o combate e a superação do racismo no Brasil

A classe dominante brasileira, tanto na sua versão urbana do tipo industrial quanto a do tipo rural, não foi capaz de incorporar a população negra na estrutura de produção e consumo. Por isso, são alarmantes os índices de desemprego e desigualdade na política de distribuição de renda quando se compara a mobilidade social entre negros e brancos.

O arranjo estrutural brasileiro em relação à crise fiscal enfrentada com as privatizações do patrimônio público e a inconsequente desconstrução do aparelho estatal, demitindo trabalhadores desses aparelhos, levou ao desmonte dos serviços públicos e dos programas, reduzindo o orçamento nas áreas essenciais como saúde, educação, assistência social, acirrando as desigualdades sociais dos negros e negras no Brasil.

Esse ajuste econômico que implica basicamente: 1) eliminar direitos sociais constantes da Constituição brasileira; 2) introduzir mecanismos privatizantes na condução das políticas sociais, como as organizações sociais e as agências executivas; 3) quebrar o princípio de universalização de direitos, impondo em seu lugar critérios de seleção e focalização de clientela. São esses os desafios a serem enfrentados neste Encontro pelos seus delegados e delegadas, em resposta à demanda da população.

Qualquer projeto de governo que não atender, prioritariamente, às fortes demandas por incorporação social da população trabalhadora negra e pobre, certamente, não poderá superar o racismo.

É fundamental uma política governamental que combine incorporação na esfera do emprego e distribuição de renda, no campo e na cidade, com a legitimidade do direito à diferença, que reconhece a necessidade do recorte de raça/etnia/gênero nas políticas públicas, a fim de atingir a população negra e trabalhadora.

Tal articulação só é possível em Estado do tipo distributivo e capaz de reverter, por meio do seu projeto ideológico, os interesses do Estado para os de baixo, aqueles que têm direito a ser diferentes, não porque são diferentes em si, mas porque foram alijados dos benefícios sociais exatamente porque eram diferentes. Assim, é possível desconstruir a lógica do racismo.

As reformulações na esfera da superestrutura, principalmente, as de caráter jurídico-político, de competência do Estado, são uma resposta, dada por meio das leis, dos interesses da religião, da educação, partidos e segurança pública, que só tem eficácia quando são expressões do progressivo atendimento à quebra da resistência ao fim das desigualdades sociorraciais.

Os sujeitos organizados, os de baixo, devem ter olhar crítico para com as direções e/ou negociadores. Nem sempre eles dialogam ou representam os interesses dos de baixo, trabalhadores, pobres e negros. Nem sempre quebram a ideologia conservadora e invertem os interesses de classe, raça e gênero.

As políticas públicas precisam ter esses recortes para oferecer melhor condição social para superarmos a desigualdade, o racismo e o machismo.

Os programas de combate ao racismo devem ser implantados até atingir todos os órgãos e serviços públicos que prestam serviços de qualidade à população. O combate ao racismo é uma política pública que interessa e diz respeito a negros e brancos no Brasil.

Certamente, ela não será implantada de forma harmoniosa, mas lutar é superar as contradições e acreditar que vencer é possível!

As influências de Durban neste debate

O movimento negro brasileiro, por meio de várias atividades que estão sendo organizadas em diversos estados, começa a esboçar uma avaliação ou posicionamen-

to sobre as consequências da III Conferência Mundial Contra o Racismo, realizada em Durban, África do Sul, aqui no Brasil e no mundo.

Avaliação que aponta a importância do processo de organização para uma nova qualidade do combate ao racismo em todos os países que participaram da Conferência e uma visão vitoriosa das conquistas que estão presentes aprovadas no documento final de Durban, que, mesmo com suas limitações, pode ser um importante instrumento de luta contra o princípio da igualdade de oportunidades que promovem a democracia liberal-burguesa e a globalização neoliberal capitalista que, implantada em todo o mundo, tornou-o repleto de iniquidades, que agravam e perpetuam as desigualdades.

[...]

Fonte: 7º Encontro Setorial Nacional de Combate ao Racismo. In: *Encontros Setoriais*, 26, 27 e 28 de outubro de 2001. Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores. Caderno 2 – Dezembro 2001. Secretaria Nacional de Combate ao Racismo (SNCR), p. 35-42.

NOTAS

¹ Guerreira que lutou pelo Quilombo de Palmares ao lado de seu companheiro, Zumbi, ícone da resistência negra feminina (N.E.).

² Trata-se da Lei 7.716/1989, já mencionada em nota anterior (N.E.).

³ Paulo Renato Costa Souza (1945-2011), economista, um dos fundadores do PSDB e ministro da Educação durante o governo de F. H. Cardoso (1995-2002) (N.E.).

⁴ Convocada em 1997 pela Assembleia Geral das Nações Unidas, a III Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Correlatas de Intolerância foi realizada entre os dias 31 de agosto e 8 de setembro de 2001, na cidade de Durban, África do Sul. Contou com a presença de mais de 170 países e seus 2.500 representantes, além dos 4 mil representantes de ONGs, totalizando 18.810 pessoas que assistiram à Conferência. As duas edições anteriores ocorreram em Genebra, em 1978 e 1983, respectivamente (N.E.).

⁵ O estado da Califórnia, nos Estados Unidos, foi um dos pioneiros no país a implantar cotas como política afirmativa para acesso do negro e também para minorias em desvantagem econômica e educacional à universidade, na década de 1960. Contudo, já na década de 1990, os *Regents* da Universidade da Califórnia suspenderam as cotas, e o programa de inclusão retrocedeu no que se refere ao assunto, o que ocorreu concomitantemente às políticas restritivas do então presidente George W. Bush, como o acesso às universidades estaduais pelo sistema meritocrático, que oculta as desigualdades (N.E.).

o) BRASIL SEM RACISMO

Por onde passa, Lula tem dito e reafirmado que será impossível construirmos uma nação verdadeiramente democrática e socialmente justa se não resgatarmos a imensa dívida social que, há mais de 500 anos, faz da população negra vítima estrutural da violência, do racismo e da injustiça.

A obsessão de Luiz Inácio Lula da Silva em criar milhões de empregos para o povo brasileiro é tão grande quanto seu compromisso em trabalhar para superar as desigualdades raciais e sociais que existem hoje em nosso país.

Nenhum outro candidato, nenhuma outra proposta, reúne sensibilidade, condições e vontade política para reverter o quadro extremamente desfavorável em que se encontra a população negra brasileira.

Para garantir condições de cidadania a todo o povo brasileiro, a coligação Lula Presidente apresenta propostas que visam à promoção da igualdade em nosso país.

Eis as principais:

- assegurar o título da terra às comunidades urbanas e rurais remanescentes de quilombos;

- incrementar incentivos a empresas privadas que desenvolvam programas de igualdade racial e diversidade étnica;

- estimular a organização dos trabalhadores urbanos e rurais, visando à otimização da cultura e da utilização de recursos comunitários na geração de renda;

- implementar programas especiais de combate e prevenção de doenças prevalentes da população negra, como miomatoses, hipertensão arterial, diabetes, lúpus, anemia falciforme etc.;

- implementar os dispositivos legais que garantam o acesso e a permanência das crianças negras na escola, acompanhados de medidas que estimulem a participação das famílias e da comunidade;

- garantir a inserção de jovens e adultos negros nas universidades;

- garantir representação e visibilidade dos grupos raciais e étnicos em campanhas e atividades de comunicação do governo e de entidades que tenham apoio político ou investimento econômico da União;

- garantir o desenvolvimento de políticas de combate à feminilização da pobreza com base na proteção do trabalho da mulher, mediante incentivos específicos que contemplem as mulheres negras através de programas de acesso, capacitação e treinamento para o mercado de trabalho;

- criar um programa de combate à violência racial com foco especial para atender à discriminação imposta contra a juventude negra;

- estimular a participação em programas culturais, esportivos e lúdicos, como forma de garantir a inclusão social e política do jovem negro;

- criar um Centro de Referência contra a violência, em conjunto com organizações do movimento negro, de defesa de mulheres negras, além de professores, intelectuais, artistas e lideranças da sociedade sensibilizadas para a problemática racial;

- estabelecer relações econômicas e culturais de cooperação entre os países em desenvolvimento, em especial os do continente africano, buscando o desenvolvimento mútuo;

- criar instrumentos e canais de participação que diagnostiquem, proponham, acompanhem, avaliem e fiscalizem a execução de políticas antirracismo;
- intensificar a introdução do quesito cor nos sistemas de informação das áreas de atendimento aos usuários em todos os setores do serviço público.

Para a superação do racismo, tornam-se necessárias medidas reparatórias sob a forma de políticas públicas e ações afirmativas, efetivamente comprometidas com a resolução dos problemas nos âmbitos social, econômico, cultural e político.

Fonte: *Plano de Governo Lula Presidente, Brasil sem Racismo, 2002. Acervo CSBH-FPA.*